


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 046/2021
Data: 25/03/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SANTOS SUPERA 20 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS DE CARGAS NO BIMESTRE	4
IBAMA APREENDE 60 TONELADAS DE PEIXES NO PORTO DE SANTOS	5
EMPRESÁRIOS DO PORTO PEDEM RENOVAÇÃO DO REPORTO A BOLSONARO COALIZÃO.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL Nº 03/2021: LINK DE TRANSMISSÃO	6
ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE PLANO DE DADOS ABERTOS	6
PORTAL PORTO GENTE	7
TÚNEL LIGA MELHOR AS MARGENS DO PORTO DE SANTOS.....	7
ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS	8
HAMBURG SÜD PREVÊ CRESCIMENTO DE 5% NA EXPORTAÇÃO ESTE ANO.....	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	9
POR UNANIMIDADE, SÓCIOS APROVAM CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS (ACS), EXERCÍCIO DE 2020.....	9
PROGRAMA DESPOLUIR E AÇÕES DO SISTEMA CNT NA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE.....	10
LOG-IN REALIZA OPERAÇÃO INÉDITA NA ARGENTINA.....	11
PORTO DE LEIXÕES IRÁ CONDICIONAR O ACESSO DE VEÍCULOS LIGEIOS À ÁREA PORTUÁRIA EM 2022.....	12
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA – DF	12
MÍNFR REFORÇA AGENDA CONTRA A CORRUPÇÃO EM DEBATE COM A CGU.....	12
PORTARIA DÁ AUTONOMIA AOS PORTOS PARA EXPLORAÇÃO DE ÁREAS OCIOSAS	13
BRASIL EXPORT	14
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PREVÊ QUADRUPPLICAR INVESTIMENTOS E PROPICIAR AMBIENTE FAVORÁVEL ÀS FERROVIAS E À NAVEGAÇÃO INTERIOR	14
ISTOÉ - DINHEIRO	15
LÍDER SE COMPROMETE COM RECOMPOSIÇÃO DE VERBAS PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E CENSO.....	15
GUEDES FALA EM ATÉ R\$ 30 BI EM CRÉDITO A PEQUENA EMPRESA COM GARANTIAS DO GOVERNO	16
PETRÓLEO FECHA EM QUEDA, COM IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE A PERSPECTIVA DE DEMANDA.....	16
EPOCA NEGÓCIOS	17
HAMBURG SÜD VÊ FORTE DEMANDA E REEQUILÍBRIO DA OFERTA POR CONTÊINERES EM 2021.....	17
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
PETROBRAS ASSINA A PRIMEIRA VENDA DE UMA REFINARIA	18
SUPERCICLOS ECONÔMICOS E OS FUNDAMENTOS DO MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO	20
PETROBRAS VAI MUDAR MAIS DA METADE DA SUA DIRETORIA	22
JAIME CALADO, SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE	24
JORNAL O GLOBO – RJ	24
SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SERÁ O NOVO PRESIDENTE DA ELETROBRAS	25
PETROBRAS VENDE REFINARIA NA BAHIA PARA FUNDO ÁRABE POR US\$ 1,6 BI.....	26
RELATOR DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS PROPÕE MUDAR MODELO DE VENDA E ASSUSTA INVESTIDORES	27
GUEDES SUGERE FUNDO COM ATIVOS DE ESTATAIS PARA AUMENTAR BOLSA FAMÍLIA	28
COMISSÃO APROVA ORÇAMENTO COM CORTE EM PREVIDÊNCIA E AUMENTO DE R\$ 26 BI PARA OBRAS	29
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
PETROBRAS: COMPETIÇÃO NO MERCADO INTERNO COLOCA EM RISCO AQUISIÇÕES NO PRÉ-SAL	31
RELATOR DO ORÇAMENTO CONDICIONA R\$ 4 BI DE EMENDAS A PAGAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA POR EMPRESAS	31
GUEDES DIZ QUE GOVERNO ENVIARÁ PROJETO PARA REGULAMENTAR META DA DÍVIDA	33
GOVERNO RECORRE À JUSTIÇA CONTRA SUSPENSÃO DE LEILÃO DE 22 AEROPORTOS EM ABRIL	33
SOB CRÍTICAS E PRESSÃO POR MAIS RECURSOS, CONGRESSO VOTA ORÇAMENTO HOJE.....	34
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
GARGALOS E VIGOR DA INDÚSTRIA GLOBAL PRESSIONAM PREÇOS.....	35
GOVERNADORES E PREFEITOS BANCAM AUXÍLIOS REGIONAIS	37
GARGALOS E VIGOR DA INDÚSTRIA GLOBAL PRESSIONAM PREÇOS.....	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 046/2021
Página 3 de 46
Data: 25/03/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

BASE ALIADA MAIS QUE TRIPLICA ORÇAMENTO DE MINISTÉRIO DE ROGÉRIO MARINHO	41
AGÊNCIA BRASIL - DF	42
PRESIDENTE DO CONGRESSO PEDE MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL	42
PORTAL PORTOS E NAVIOS	43
INTERRUPÇÃO MAIOR EM SUEZ AUMENTA RISCO DE CANCELAMENTO DE VIAGENS	43
LEVANTE, PESAGEM E ARMAZENAGEM: A CONSOLIDAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO CADE SOBRE COBRANÇAS ABUSIVAS NO SETOR PORTUÁRIO	44
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	46
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	46



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS SUPERA 20 MILHÕES DE TONELADAS MOVIMENTADAS DE CARGAS NO BIMESTRE

No período, as importações cresceram mais do que as exportações, com destaque para os desembarques de fertilizantes

Por Fernanda Balbino



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.50619:1556966995/Antaq-tera-de-coibir-aumentos-abusivos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=206e234&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.50619:1556966995/Antaq-tera-de-coibir-aumentos-abusivos.JPG?f=2x1&pf=206e234&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Importações cresceram mais do que as exportações no período (Carlos Nogueira/AT)

Mais de 20,1 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas no Porto de Santos no primeiro bimestre. O volume é 6% maior do que o verificado no mesmo período do ano passado. Em fevereiro, as operações cresceram 2,5%, somando 10,9 milhões de toneladas.

Os dados fazem parte do levantamento mensal realizado pela Autoridade Portuária de Santos (APS). Eles apontam que, no bimestre, as importações cresceram mais do que as exportações. Foram 6,8 milhões de toneladas desembarcadas no cais santista, um aumento de 7,9% em relação às 6,3 milhões de toneladas importadas entre janeiro e fevereiro de 2020.

Segundo a estatal, as descargas de adubos e gás liquefeito de petróleo foram as que mais cresceram, 80,1% e 97,4%, respectivamente. Da primeira carga, o volume foi de 1,4 milhão de toneladas e da segunda, 87.272 toneladas desembarcadas no bimestre.

Por outro lado, as importações de enxofre caíram 52,6%, atingindo 118.272 toneladas, enquanto as de trigo tiveram queda de 24,2%, somando 192.142 toneladas. Já com relação às exportações, os embarques de açúcar cresceram 31,4% e chegaram a 2,6 milhões de toneladas no bimestre.

Outra carga que, normalmente é destaque no cais santista, a soja, registrou queda de 17,6%. Das 4 milhões de toneladas escoadas entre janeiro e fevereiro do ano passado, apenas 3,3 milhões de toneladas foram embarcadas no mesmo período deste ano.

Contêineres

De acordo com os dados apresentados pela Autoridade Portuária, as operações com contêineres apresentaram crescimento de dois dígitos e atingiram marcas históricas para fevereiro e para o bimestre. Foram movimentados 388.564 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), marca 13% acima do registrado em fevereiro do ano passado, quando a movimentação foi de 343.794 TEU.

Já no acumulado do bimestre, foram 762.656 TEU, resultado 11,8% superior ao do primeiro bimestre de 2020, quando foram 682.270 TEU entraram ou saíram do País pelo cais santista.

Entre janeiro e fevereiro, 727 navios atracaram no Porto de Santos. O número de embarcações reflete uma queda de 5,7%, aliado ao crescimento da movimentação física denotam a tendência de aumento na consignação média, com mais volumes de carga por embarcação.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 25/03/2021

IBAMA APREENDE 60 TONELADAS DE PEIXES NO PORTO DE SANTOS

Pesqueiros estavam nas proximidades das plataformas de petróleo Mexilhão e Merluza, área proibida para esse tipo de atividade pesqueira

Por ATribuna.com.br

O Ibama autuou na madrugada de terça-feira (23), no cais da Capitania dos Portos de Santos (SP), duas embarcações com 60 toneladas de peixes capturados em área proibida. A ação foi coordenada pelo Grupamento da Patrulha Naval Sul e Sudeste, de Santos, por meio da Operação Plataforma, e abordou embarcações pescando nas proximidades das plataformas de exploração de petróleo Mexilhão e Merluza, área proibida para esse tipo de atividade pesqueira, por apresentar risco de segurança para a plataforma. Cerca de 60 toneladas de pescados foram apreendidos e serão doados.

A Companhia de Polícia Militar Ambiental Marítima Estado de São Paulo, subordinada ao 3º BPamb, providenciou toda a logística para auxiliar na destinação da apreensão dos pescados diversos, a maioria da espécie Atum, feita pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Os dois pescadores foram atracados na Capitania dos Portos em Santos, onde foi realizada a descarga e doação de todo o pescado às instituições cadastradas.

A atividade irregular foi flagrada pela aeronave Poseidon do IBAMA, que atua rotineiramente em atividades de fiscalização, e informou à patrulha naval Guajará sobre a localização dos infratores. De acordo com Ana Angélica Alabarce, responsável pela Unidade Técnica de Santos do IBAMA, "além de pescarem em área ilegal, as embarcações estavam com os equipamentos de rastreamento desligados, além dos nomes e dos números das embarcações com difícil visualização, o que garantiu três autos de infração para cada embarcação".



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.149906:1616532387/uas-embarcac-es-tem-60-toneladas-de-peixes-apreendidos-em-Santos.png?f=3x2&q=0.9&w=700&\\$p\\$f\\$q\\$w=dead306](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.149906:1616532387/uas-embarcac-es-tem-60-toneladas-de-peixes-apreendidos-em-Santos.png?f=3x2&q=0.9&w=700&pfqw=dead306)

Todo pescado apreendido será doado para instituições (foto: Divulgação/Polícia Militar)

Os dois barcos foram lacrados pela Capitania dos Portos e uma terceira embarcação, que incorreu na mesma infração, está sendo aguardada para providências legais. Os proprietários dos pescadores responderão administrativamente e penalmente por

crime ambiental. Denúncias podem ser feitas pelo telefone (13)3348-4750.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 25/03/2021

EMPRESÁRIOS DO PORTO PEDEM RENOVAÇÃO DO REPORTO A BOLSONARO COALIZÃO

Empresarial Portuária reúne seis entidades representativas do setor

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.54386:1616605072/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=fafdaed&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.54386:1616605072/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=fafdaed&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Empresários pedem renovação do Reporto a Bolsonaro (Foto: Carlos Nogueira/AT)

A Coalizão Empresarial Portuária se reuniu nesta terça (23) com o presidente

Jair Bolsonaro para apresentar, entre outros pleitos, o pedido de prorrogação do Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária) por mais cinco anos – ou até que uma reforma tributária esteja implementada na sua plenitude.

Segundo representantes do grupo, o presidente ouviu as propostas do setor e propôs que os temas fossem tratados com os ministérios da Infraestrutura e da Economia. A Coalizão ficou de encaminhar seus pleitos às pastas e continuar as negociações.

A Coalizão Empresarial Portuária reúne seis entidades representativas do setor. São elas: as associações brasileiras de Terminais de Contêineres (Abratec), de Terminais de Líquidos (ABTL), dos Terminais Portuários (ABTP) e de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

O Reporto, cuja prorrogação é defendida pelo setor, é o benefício fiscal criado para incentivar o investimento na modernização e na ampliação do setor portuário. Ele perdeu a validade em 31 de dezembro. Mas um artigo do Projeto de Lei 4.199/2020 (que institui a BR do Mar, o programa de incentivo à cabotagem) prevê sua renovação por mais um ano. O texto tramita atualmente no Senado.

Fonte : A Tribuna Digital - SP
Data : 24/03/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL Nº 03/2021: LINK DE TRANSMISSÃO

Audiência Pública nº 03/2021 - Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento do Plano de Dados Abertos (PDA) da ANTAQ para o biênio 2021/2022.

Link de Transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=t1PKQBHfsP8>

Início da Transmissão: 15h

Forma de Inscrição: Os interessados em se manifestar na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens “WhatsApp”, no número (61) 2029-6940

Formas de Contribuição: vídeo, áudio ou via aplicativo “WhatsApp”

A participação pode ser também realizada entrando na sala de reunião criada no aplicativo “Zoom”. Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no “Zoom” para ser convidado a entrar na sala na sua vez.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta “Zoom”, será disponibilizada uma segunda conexão ao final de todas as contribuições. O ideal é que o interessado encaminhe sua contribuição via “WhatsApp”.

IMPORTANTE: Toda a sessão virtual será transmitida via streaming, gravada e disponibilizada no canal do YouTube da ANTAQ

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 25/03/2021

ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE PLANO DE DADOS ABERTOS



Contribuições poderão ser enviadas até 31 de março

A ANTAQ realizou, nesta quinta-feira (25), audiência virtual para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento do Plano de Dados Abertos (PDA) da Agência para o biênio 2021/2022. O superintendente de Regulação da ANTAQ, Bruno Pinheiro, presidiu a reunião, que também teve a participação do coordenador substituto de Acesso à Informação da ANTAQ, Victor Sabóia. A audiência virtual foi uma das etapas da Audiência Pública nº 03/2021.

De acordo com Sabóia, o Plano de Dados Abertos da ANTAQ (PDA/ANTAQ) é o documento de vigência bienal que orienta sobre as políticas de implementação e promoção de abertura de dados produzidos ou sob guarda da Agência em formato aberto (público, digital, estruturado e processável por máquina, entre outros parâmetros). Após curadoria para aferir os critérios de qualidade, foram selecionados dados públicos de afretamento, fiscalização, movimentação portuária, desempenho ambiental e outorgas. “Com a abertura dos dados, almeja-se que a sociedade audite esses dados, integre-os com outras bases governamentais e utilize-os livremente para pesquisas acadêmica e/ou mercadológicas”, afirmou.

Acesso às minutas jurídicas e documentos técnicos

As minutas jurídicas e os documentos técnicos relativos a esta audiência pública estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>.

Conteúdo e forma de participação

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 31 de março, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site <https://www.gov.br/antag/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail anexo_audiencia032021@antag.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE), desta Agência, no caso de Brasília/DF, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados em <https://www.gov.br/antag/pt-br>.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data : 25/03/2021



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TÚNEL LIGA MELHOR AS MARGENS DO PORTO DE SANTOS

Editorial Portogente

A cidade está fadada a ser tanto teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções.

O projeto para construção do túnel submerso ligando as margens do Porto de Santos, o principal do Hemisfério Sul, segue o seu curso com o chamamento público previsto para este mês. Com a finalidade de integrar e agilizar atividades logísticas complexas, assim também irá ligar a seco as cidades de Santos e Guarujá separadas pelo canal à navegação.



https://portogente.com.br/images/Porto_Santos_NOV2020_2.jpg

Como infraestrutura, essa ligação a seco precisa estabelecer as condições mais importantes para o porto com duas margens, por exemplo, realizar serviços flexíveis que otimizem o uso de suas instalações e, também, facilitar a interação de cidades metropolitanas. Considerando os aspectos portuário e urbano, o túnel estabelece uma dinâmica própria; estruturalmente, apontando para um horizonte superior ao da

ponte.

Consideremos um caso típico de uma ligação à seco das margens do Porto de Santos, o retorno ou embarque de contêineres oriundos da outra margem, com máxima presteza. A vantagem do túnel, em relação à ponte, ocorre principalmente pela distância mais curta a ser percorrida. Além disso, na relação cidade e porto, promove facilidade de transportes e comunicações, bem como contatos frequentes e contatos face a face.

Projetos dessa ponte são apresentados há quase um século, sem convencer a sua construção. Proposta pela segunda vez, a solução para a ligação a seco das margens do porto por túnel submerso demonstra viabilidade, em todos os aspectos: como investimento; estrutura portuária; como concepção do espaço urbano com olhos no futuro e atendendo ao debate do futuro que se deseja. Ou seja, uma estrutura avançada e com sustentabilidade.

Na abordagem da ligação a seco das margens-cidades do Porto de Santos, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e comparativamente, quais respostas são dadas pela solução por ponte ou túnel, como estratégias e práticas na relação das cidades e seu porto?

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 25/03/2021



ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS HAMBURG SÜD PREVÊ CRESCIMENTO DE 5% NA EXPORTAÇÃO ESTE ANO



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/03/hamburg-sud-preve-crescimento-de-5-na-exportacao-este-ano-768x510.jpg>

O ano de 2021 começou aquecido para a Hamburg Süd no Brasil em todas as principais cadeias, tanto de cargas secas quanto refrigeradas. A alta demanda em todos os segmentos se deu em

função do represamento do mercado ao longo do ano anterior devido à pandemia da Covid-19. Esse contexto também tem ocasionando, por outro lado, impactos logísticos como problemas de disponibilidade de navios, congestionamentos nos portos, entre outros, pois demanda ainda encontra dificuldade de escoar frente aos efeitos da pandemia. A informação foi dada durante Webinar da empresa sobre a atual situação do mercado e as perspectivas para 2021, realizada neste terça-feira (23).

De acordo com o diretor geral da empresa no país, José Salgado, esses problemas devem persistir ainda ao longo do primeiro semestre do ano, e estabilizar no segundo. Assim, a perspectiva é de que os volumes movimentados continuem crescendo, com previsão de que ocorra um aumento de 5% nas exportações e em torno de 6% nas importações. Ele explicou que aqueles impactos na logística do mercado marítimo vêm provocando o aumento do frete internacional, sem contar no aumento dos combustíveis. Esse custo adicional vem sendo repassado de forma gradual para os clientes. Em alguns casos tem havido renegociações contratuais.

Salgado afirmou que para minimizar esses efeitos é possível buscar a redução da permanência dos navios nos portos, controlar as capacidades, entre outras medidas. Entretanto, ele destacou que será o resultado da vacinação em massa o que vai tornar possível retornar ao nível anterior de produção.

Em 2020, houve um aumento de 5% nas exportações, mas uma retração de 5% nas importações. Ao longo do ano ocorreram algumas variações de demanda, mas, a partir do final do ano as exportações caminharam com acentuado crescimento. Os principais produtos de exportação na carga seca foram: madeira, algodão, materiais de construção, papel, tabaco, químicos e no setor de alimentos, ou seja, produtos básicos. Na carga refrigerada o destaque foi para o frango, a carne bovina e frutas.

Mesmo nos meses de janeiro e fevereiro sendo considerados de baixa demanda, a diretora de vendas da empresa, Mariana Lara, frisou que a queda foi observada apenas nas duas primeiras semanas de janeiro. Já para esse mês e abril a perspectiva é de aumento na demanda.

Salgado também comentou a importância do Porto de Santos para as operações da empresa, mas pontuou a preocupação com o comprometimento da capacidade portuária. Ele disse que espera a continuidade dos investimentos em expansão de terminais para garantir mais eficiência, sobretudo com a perspectiva da chegada de navios de 366 metros. Para o diretor isso representou uma grande conquista para o porto, mas que exige custos adicionais de segurança e manobra. Sem contar que navios desse porte podem comprometer a chegada de outros navios pelo volume de carga, o que exigem uma melhor operação logística.

*Fonte : ABOL - Associação Brasileira de Operadores Logísticos
Data : 25/03/2021*



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

POR UNANIMIDADE, SÓCIOS APROVAM CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS (ACS), EXERCÍCIO DE 2020

Informação: Departamento de Comunicação ACS (25 de março de 2021)

Durante assembleia ordinária da Associação Comercial de Santos (ACS), realizada, na tarde desta quarta-feira (24) de forma virtual, devido à pandemia, os associados aprovaram, por unanimidade, as contas da diretoria-executiva, referentes ao exercício de 2020.

O presidente da ACS, Mauro Sammarco, iniciou sua apresentação falando sobre o ano difícil e os desafios obtidos logo que assumiu a presidência da entidade. Também ressaltou o trabalho dos ex-

presidentes da ACS, Michael Timm e a Roberto Clemente Santini. “Ambos deixaram a administração perfeita e por isso tivemos facilidade em continuar esse importante trabalho”.

Sammarco ressaltou que o momento exige união, trabalho colaborativo e responsabilidade social. “Nesses 150 anos da ACS, a diretoria sempre participou ativamente junto aos três poderes (municipal, estadual e federal), e, no atual momento, não poderia ser diferente. “Desde o ano passado, nos empenhamos em ajudar as famílias carentes. Por isso, realizamos uma campanha na qual arrecadamos mais de quatro mil kits entre alimentos e produtos de higiene”.

O presidente disse ainda que a ACS foi convidada para participar de comissões importantes como o Comitê de Crise e o de Transparência, os quais, ajudaram diretamente na compra de insumos e a manter o município dentro do enquadramento do Plano São Paulo.

A importância do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Santos (Condesan), sob a supervisão dos consultores Silvio Barros (ex-prefeito de Maringá) e Márcia Santin, também foi pontuada pelo presidente.

Em 2020, a ACS fez uma apresentação a todos os candidatos à Prefeitura de Santos . Na ocasião, todos eles receberam o projeto do Condesan feito por nove Grupos de Trabalho. “Estamos na fase de definir métricas e apresentar ao prefeito, aos secretários e à Câmara Municipal para que possamos começar a desenhar a Santos do futuro. Este é um trabalho que certamente irá render bons frutos a Santos lá na frente”

150 anos da ACS

Em razão do atual momento, as comemorações referentes aos 150 anos da ACS, comemorado em 22 de dezembro do ano passado, precisaram ser adiadas. “Não tínhamos clima para realizar jantar comemorativo e outras atividades que estavam previstas. Mas, iremos lançar um importante livro que conta toda a história da ACS desde a sua fundação”.

Projetos

Outro destaque lembrado por Mauro Sammarco, em 2020, foi o projeto Novos Rumos, desenvolvido junto à Prefeitura de Santos. “Este é um projeto que está sendo administrado pelo núcleo Jovem da ACS. Ele tem o objetivo de fazer um levantamento da demanda de serviços e produtos que têm intensa procura na Cidade, mas não há oferta na região para supri-la. A ideia é descobrir essa lacuna e incentivar o empreendedorismo local”

A importância do aumento do quadro associativo, os serviços de certificado de origem, o qual bateu recorde mais de uma vez durante a pandemia, do certificado digital, o qual ganha a cada dia mais adeptos, e o curso de Classificação de Degustação de café, que deverá ganhar uma versão à distância (EAD), também foram

Aprovações

Primeiramente, houve a leitura, pelo diretor executivo, Marcio Calves, do relatório da auditoria Apply Auditores Associados e, na sequência, o parecer do Conselho Fiscal. Ambos recomendando a aprovação das contas pela Assembléia Geral.

Ainda durante a reunião, foi aprovado o relatório anual de atividades da diretoria executiva do exercício de 2020.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 25/03/2021

PROGRAMA DESPOLUIR E AÇÕES DO SISTEMA CNT NA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE

Informação: Agência CNT - Confederação Nacional do Transporte (25 de março de 2021)

O setor do transporte brasileiro busca promover, mediante ações práticas, claras e responsáveis, a eficiência energética, a fim de gerar ganhos ambientais e econômicos. Dessa forma, é fundamental



defender a disponibilidade de um combustível que seja compatível com as reduções de emissões e que não comprometa o desempenho da atividade transportadora. Este é o cenário que a Confederação Nacional do Transporte (CNT) vislumbra e defende. Por isso, é preciso nesse momento, avançar no diálogo sobre o biodiesel, de forma que se tenha um combustível que evite danos ao meio ambiente e também à mecânica dos veículos.

Com o intuito de ampliar e promover a performance ambiental do setor transportador e amenizar ou, até mesmo, evitar os impactos ambientais advindos da sua atividade, a CNT, em parceria com o SEST SENAT, criou, há mais de 13 anos, o Programa Ambiental do Transporte – o Despoluir. Ao longo de sua trajetória, foram mais de três milhões de avaliações veiculares ambientais, atendendo mais de 55 mil transportadores, engajando-os em ações de responsabilidade ambiental e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar, especialmente nos grandes centros urbanos.

O uso de tecnologias e energias limpas no transporte é uma das linhas de atuação mais importantes do Programa para alavancar a adoção de tecnologias e inovações mais sustentáveis pelo setor de transporte. Entre as iniciativas em curso, estão a elaboração e a divulgação de materiais informativos, que explicam os benefícios de alternativas sustentáveis e a forma de utilizá-las. Com essa iniciativa, os transportadores são atualizados acerca das oportunidades para o setor, além de auxiliá-los em sua adaptação a mudanças tecnológicas ou de fontes energéticas que trazem ganhos operacionais e à qualidade de vida.

Como parte integrante do portfólio de temas relacionados a energias limpas, a CNT já publicou, entre outros informes, os Guias Rápidos sobre o uso correto do Agente Redutor Líquido Automotivo – Arla 32, os Procedimentos para a Preservação da Qualidade do Óleo Diesel B e Os Impactos da Má Qualidade do Óleo Diesel Brasileiro, além de outros materiais de conscientização sobre essa temática. Conteúdos gratuitos e de domínio público, com reconhecimento, inclusive, internacional.

O empenho do Despoluir e a parceria que o Programa viabiliza com as empresas de transporte, caminhoneiros autônomos e organizações nacionais e internacionais têm sido fundamentais para o sucesso da Confederação na busca pelo caminho da sustentabilidade e do desenvolvimento ambiental do setor transportador.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 25/03/2021

LOG-IN REALIZA OPERAÇÃO INÉDITA NA ARGENTINA

Informação: Agência Porto (25 de março de 2021)

A Log-In Logística Intermodal vem ampliando suas operações no terminal de TecPlata, localizado no Porto de La Plata, em Buenos Aires. No início deste mês foi realizado o primeiro serviço de transbordo de carga da Log-In com dois navios operando simultaneamente, o que possibilitou a conexão marítima entre o porto de Assunção, no Paraguai, e o porto de Santos.

Numa operação inédita, a carga saiu na barcaça Independiente, da armadora Independencia Shipping Line (ISL) do porto de Assunção, atravessou o Rio Paraná e chegou ao terminal de Tecplata, onde atracou simultaneamente com o navio Log-In Jacarandá. Logo em seguida, foi realizada a transferência dos contêineres para o navio da Log-In, que seguiu viagem no mesmo dia em direção ao Brasil, proporcionando vantagens em custos, eficiência e transit time mais rápido para o nosso cliente.

“Essa operação foi um marco para o trade Mercosul e atestou o nosso alto nível de serviço. Seguimos acreditando no potencial da região e nas alternativas que geramos para estimular a competitividade de importadores e exportadores”, destacou o gerente do escritório regional da Log-In em Buenos Aires, Marcelo Oliveira.

Desde 2019, a Log-In escala o terminal de TecPlata regularmente com os navios Log-In Jacarandá, Log-In Jatobá e Log-In Endurance. A conexão marítima na Argentina com carga vinda do Paraguai



permite que os contêineres dos navios da Log-In sejam transferidos para navios menores que farão a travessia do Rio Paraná até chegar ao porto de Assunção e vice-versa.

Já na rota Paraguai, mantemos uma parceria com a armadora Independencia Shipping Line (ISL), desde o ano passado, para atender ao porto de Assunção a cada quinze dias. Para viabilizar esse serviço, são dedicados três navios de menor porte, apropriados para navegação fluvial, com capacidade total de 510 TEUs. Os clientes que possuem cargas com destino ao Paraguai são atendidos pelo escritório da Log-In em Buenos Aires e pelo agente da empresa no Paraguai, a Trade Paraguay.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 25/03/2021

PORTO DE LEIXÕES IRÁ CONDICIONAR O ACESSO DE VEÍCULOS LIGEIROS À ÁREA PORTUÁRIA EM 2022

Informação: Revista Cargo (25 de março de 2021)

Esta quarta-feira, dia 24 de Março, foi assinado um Protocolo de Colaboração que define as novas condições de acesso e trânsito de veículos ligeiros ao Porto de Leixões a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2022. Trata-se de um novo passo no processo de descarbonização, frisou a APDL.

No grupo de trabalho resultante deste protocolo e liderado pela Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), participam a Associação GPL – Empresa de Trabalho Portuário do Douro e Leixões, o Sindicato dos Estivadores, Conferentes e Tráfegos dos portos do Douro e Leixões, e os operadores portuários TCGL – Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões e o TCL – Terminal de Contentores (Yilport Leixões).

Este protocolo reflete “um compromisso de descarbonização do porto de Leixões assumido pelos vários intervenientes no ecossistema portuário. Diariamente, são mais de mil as viaturas ligeiras que entram no porto de Leixões, libertando, aproximadamente, um total de 246 Kg de emissões de dióxido de carbono (CO2) para a atmosfera”, explicou a APDL. Visa ainda contribuir para a “diminuição das emissões, as novas regras e procedimentos irão também aumentar a segurança e a proteção dentro daquela área portuária e libertar mais espaço para as operações portuárias.”

O grupo de trabalho irá definir as medidas necessárias à implementação do condicionamento do acesso e trânsito de veículos ligeiros e aumento da segurança e proteção na área portuária, incluindo o ‘Passaporte de Segurança’ e o modelo de ‘Indução Básica de Segurança’ para os utilizadores do porto. Irão ser também avaliados novos locais de acesso pedonal e estacionamento, o modelo de operação do shuttle portuário eléctrico, o reforço da infraestrutura de apoio à mobilidade eléctrica, entre outros temas, detalhou ainda a administração portuária, via comunicado.

Recorde-se que, em Dezembro do ano passado, a administração portuária havia já anunciado um acordo com a ANTRAM para a interdição da entrada e circulação das viaturas pesadas mais poluentes dentro das infraestruturas, nomeadamente as viaturas EURO I, II, III e IV.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 25/03/2021



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA – DF

MINFRA REFORÇA AGENDA CONTRA A CORRUPÇÃO EM DEBATE COM A CGU

Circuito Radar Anticorrupção reuniu auditores e integrantes da alta administração federal



https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/imagens/240321radar.jpeg/@_@images/2d82866d-fa0f-4117-a439-f94031dcdd06.jpeg

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, destacou nesta quarta-feira (24) a ousadia e o compromisso da pasta com o combate à corrupção ao criar uma área específica de integridade profissional. A declaração ocorreu no encerramento do Circuito Radar Anticorrupção, promovido pela Subsecretaria de Conformidade e Integridade do MInfra e com participação do ministro da Controladoria-Geral da

União, Wagner Rosario.

"Criar uma área de integridade, sem dúvida, é uma ousadia na gestão pública. O MInfra se transformou em referência no combate à corrupção, com a conscientização dos atores envolvidos na gestão pública e tolerância zero com desvios éticos. É um compromisso nosso em manter esse trabalho", afirmou.

Responsável pela abertura do evento, o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, apontou a agenda da integridade desde 2019 como uma das prioridades da pasta. "Temos o maior orçamento discricionário da Esplanada e é nossa responsabilidade sermos referência na sua gestão dentro dos princípios éticos e de boas práticas", afirmou.

"Estaremos sempre juntos com a nossa alta administração implantando boas práticas e passando uma mensagem de mudança de cultura. Nosso objetivo é tornar nosso ministério um protagonista na temática de combate à corrupção", declarou a subsecretária de Conformidade e Integridade do MInfra, Fernanda Costa de Oliveira.

Capacitação - A primeira apresentação foi feita pelo secretário federal de Controle Interno (SFC), Antonio Carlos Bezerra Leonel, que mostrou um panorama de diretrizes formuladas pela CGU para capacitar líderes e suas respectivas equipes sobre como detectar e prevenir ações de corrupção dentro de princípios éticos e de boas práticas.

Logo depois, o diretor de Promoção da Integridade da CGU, Pedro Ruske, falou sobre a importância do programa de integridade e seu propósito de promover a mudança de cultura nas gestões, sobretudo na relação público-privada, a qual deve ser pautada na confiança e conscientização de seus integrantes.

Assessoria Especial de Comunicação
Ministério da Infraestrutura
Fonte : Ministério da Infraestrutura - DF
Data : 25/03/2021

PORTARIA DÁ AUTONOMIA AOS PORTOS PARA EXPLORAÇÃO DE ÁREAS OCIOSAS

Autoridades portuárias poderão ceder espaços para outras atividades comerciais dentro dos portos

Portaria do Ministério da Infraestrutura, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de março, deve atrair mais investimentos da iniciativa privada e reduzir a burocracia no setor portuário. Com a Portaria 51, de 23 de março de 2021, a autorização para uso comercial de áreas não afetadas às operações portuárias poderá ser concedida diretamente pelas autoridades do setor.

As áreas não ligadas à operação portuária são aquelas localizadas dentro dos portos que estão vazias e não estão relacionadas à movimentação de passageiros e cargas. Com a regulamentação, as autoridades portuárias terão mais liberdade para ceder o uso desses pontos para diversos

serviços, de forma a captar mais receitas, por meio de empresas que queiram montar atividades comerciais.

“A medida, inclusive, vai ao encontro de observações do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda aos portos mais autonomia na geração de novas receitas, redução de áreas ociosas, contribuindo com o seu crescimento sustentável, desburocratizando as decisões e unificando portarias”, avalia o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do MInfra, Diogo Piloni.

A nova portaria unifica as Portarias n.º 409, de 27 de novembro de 2014, e n.º 114, de 23 de março de 2016, ambas da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República.

Assessoria Especial de Comunicação
Ministério da Infraestrutura

Fonte : *Ministério da Infraestrutura - DF*

Data : 25/03/2021



BRASIL EXPORT

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PREVÊ QUADRUPPLICAR INVESTIMENTOS E PROPICIAR AMBIENTE FAVORÁVEL ÀS FERROVIAS E À NAVEGAÇÃO INTERIOR

por *Bruno Merlin*

Contando pelo segundo ano consecutivo com o apoio institucional do Ministério da Infraestrutura, o Fórum Brasil Export promoveu nesta terça-feira, dia 23 de março, o primeiro encontro entre seu corpo de conselheiros e patrocinadores com dirigentes da pasta do Governo Federal. Participaram o secretário-executivo, Marcelo Sampaio, e o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni. “Gosto muito de participar desse ambiente construtivo, de geração de soluções. A gente mantém esse diálogo com o setor privado e com a sociedade civil, afinal vocês estão todos os dias no sol ou na chuva fazendo o País caminhar”, ressaltou Sampaio.



https://forumbrasilexport.com.br/wp-content/uploads/2021/03/marcelo_fabricio-1024x554.jpg

Entre as pautas destacadas na apresentação desenvolvida pelo Ministério para a live do Brasil Export estão as oportunidades de ampliação da infraestrutura de transportes no País, a atração de investimentos privados como única alternativa para manter um nível razoável realização de obras e um olhar

especial para os gargalos identificados na chegada das cargas aos portos brasileiros.

Além de Estados Unidos e China, o Brasil é a única nação do globo que possui um PIB (Produto Interno Bruto) nominal acima de US\$ de 1 trilhão, tem área superior a 5 milhões de km² e população maior do que 150 milhões de pessoas. As políticas públicas de incentivo à cabotagem, à navegação interior e à ampliação da malha ferroviária estão entre os trunfos do Ministério para estimular o crescimento desejado para o País.

O Ministério, explicou Sampaio, calcula ser possível obter R\$ 202 bilhões em investimentos no biênio 2021-2022 entre leilões, concessões e renovações de contratos de ativos de infraestrutura com o setor privado. O valor é quatro vezes maior do que o total realizado em 2019 e 2020 (R\$ 48,03

bilhões). A maior parte dos investimentos previstos (R\$ 120 bilhões) são referentes ao modal rodoviário, que apesar de ser predominante no transporte de cargas em território nacional, ainda está muito aquém do que exigem as dimensões continentais do Brasil. “Contem conosco para viabilizar encontros para construir um ambiente cada vez mais seguro para investir”, adicionou o secretário-executivo.

Piloni afirmou estar com expectativas positivas para o ano de 2021, mesmo diante dos desafios impostos pela crise sanitária em curso. Ele observou que a equipe da pasta trabalha no sentido de garantir condições de competitividade para que os portos organizados possam atrair novos investimentos e proporcionar maior eficiência às operações de transporte de cargas, seja via exportação ou importação. O secretário nacional destacou a importância dos aproximadamente 20 leilões de áreas portuárias previstos para este ano, começando por 4 terrenos em Itaquí (MA) e um em Pelotas (RS), em certame agendado para o próximo dia 9.



https://forumbrasilexport.com.br/wp-content/uploads/2021/03/piloni_fabricio.jpg

Diogo Piloni conversa com o CEO Fabrício Julião durante transmissão do Brasil Export

O encontro realizado pelo Brasil Export foi utilizado pelo secretário de Portos e Transportes Aquaviários para mais uma vez reforçar o compromisso do Governo Federal em garantir a preservação do princípio da segurança jurídica dos contratos vigentes em relação aos processos de desestatização das administrações portuárias. Ele concluiu dizendo que uma das suas principais

metas é desenvolver uma política de incentivo à navegação interior, de forma a proporcionar uma alternativa eficiente de transporte ao embarcador, se utilizando de bons exemplos internacionais e desenvolvendo um pacote de medidas legais e normativas.

Fonte : *Brasil Export*

Data : 25/03/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

LÍDER SE COMPROMETE COM RECOMPOSIÇÃO DE VERBAS PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E CENSO

Em uma tentativa para vencer a oposição e acelerar a aprovação do Orçamento 2021, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), se comprometeu a recompor verbas para educação, saúde e realização do censo demográfico após a aprovação da peça, em projetos futuros. O parlamentar informou que isso poderá ser feito pela abertura de créditos suplementares em projetos futuros, mas não estabeleceu prazo.

“Façamos na próxima semana ou no primeiro momento, uma reunião para estudarmos a tempo, uma discussão breve sobre composição do orçamento das universidades, na área da saúde, assuntos que são primordiais”, disse Gomes no plenário do Congresso. “A gente quer fazer esse compromisso de público”, acrescentou.

Segundo ele, foi discutido no Colégio de Líderes, uma proposta sobre ajustes no Orçamento ao longo do ano. “Sabendo que a característica da execução do orçamento no período da pandemia, pelo o que vimos em 2020, é possível que vivenciamos no Congresso, momentos em que será preciso rever o orçamento, ajustes, em relação à áreas sensíveis da população brasileira”, disse.

Gomes e representantes da oposição estão discutindo agora os termos do acordo que pode acelerar a votação desta quinta-feira.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 25/03/2021

GUEDES FALA EM ATÉ R\$ 30 BI EM CRÉDITO A PEQUENA EMPRESA COM GARANTIAS DO GOVERNO

Ao elencar medidas de apoio ao setor privado diante do impacto pesado da pandemia, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou nesta quinta-feira, 25, que o governo segue trabalhando em garantias para micro e pequenas empresas conseguirem captar recursos nos bancos a taxas de juros mais reduzidas.

Durante audiência pública virtual da comissão temporária do Senado que trata da pandemia, o ministro reforçou a ideia de utilizar recursos que sobraram do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI).

Nas contas de Guedes, entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões em garantias do fundo público permitiriam um acesso a crédito na faixa de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões pelas empresas.

“Estamos em cima disso. Com a renovação do Pronampe (programa de apoio a micro e pequenas empresas), usando recursos que não foram usados do FGI, calculamos que com R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões, conseguimos mobilizar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões para ajudar pequenas e médias empresas”, informou o ministro aos senadores.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 25/03/2021

PETRÓLEO FECHA EM QUEDA, COM IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE A PERSPECTIVA DE DEMANDA

Os contratos futuros de petróleo fecharam em forte baixa, após uma alta de cerca de 6% ontem, com cautela no mercado por preocupações com o recrudescimento da pandemia de covid-19, especialmente na Europa. A valorização do dólar perante os pares também pressiona os preços do barril. O bloqueio do Canal de Suez, grande responsável pela forte alta ocorrida ontem, segue sendo monitorada, com a avaliação de analistas de que a situação tende a se normalizar na próxima semana.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI com entrega prevista para maio encerrou a sessão com perdas de 4,28% (-US\$ 2,62), a US\$ 58,56. Já o barril do petróleo Brent para junho recuou 3,82% hoje (-US\$ 2,45), a US\$ 61,80, na Intercontinental Exchange (ICE).

Em relatório enviado a clientes, o Commerzbank observa que especialistas em operações de resgate estimam que pode demorar até segunda-feira para que o navio que bloqueia o Canal de Suez possa ser movido, com o aumento do nível da água. Segundo a empresa analítica Vortexa, dez navios petroleiros com 13 milhões de barris de óleo a bordo estão atualmente presos no Canal, o que equivale aproximadamente à quantidade produzida em um dia pela Arábia Saudita ou o Iraque.

“A situação deve voltar ao normal no início da próxima semana, assim que o porta-contêineres for liberado, mudando o foco de volta para os riscos de demanda, o que explica a queda de preços de hoje”, aponta o banco alemão. Desta forma, as preocupações com a covid-19, especialmente na Europa, com aumento de casos, restrições e uma vacinação lenta, pressionam os preços do barril. Outro elemento que a cautela nos mercados gerou foi o fortalecimento do dólar, o que torna o petróleo mais caro para detentores de outras divisas.

Ainda assim, vislumbrando os próximos meses, a expectativa de analistas é de que a retomada na demanda impulse os preços. O Julius Baer acredita que na metade do ano, o preço do barril pode estar além dos US\$ 70. Na visão do banco, a questão de Suez causa “barulho” no curto prazo “mais

do que altera os fundamentos". "Estímulos e vacinação" impulsionarão a demanda, avalia, assim como os produtores devem cortar a oferta de acordo com suas necessidades.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 25/03/2021

INSPIRAÇÃO PARA INOVAÇÃO

NEGÓCIOS

EPOCA NEGÓCIOS

HAMBURG SÜD VÊ FORTE DEMANDA E REEQUILÍBRIO DA OFERTA POR CONTÊINERES EM 2021

A expectativa da empresa de transporte de contêineres é de aumento de 5% nas exportações e 6% nas importações neste ano



https://s2.glbimg.com/PwRivs0T58rHOrRqJMB CgP6xVtQ=/620x350/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2017/05/17/2017-05-16t200834z_1_lynxnped4f1hu_rtroptp_3_com_mods-paralisacao-auditores.jpg

Contêineres no porto de Santos (SP) (Foto: Fernando Donasci/Reuters)

Após sofrer com gargalos logísticos que desencadearam a falta de contêineres nos portos brasileiros para exportação, a Hamburg Süd vê agora um reequilíbrio operacional para o transporte marítimo e projeta forte demanda

por cargas para o decorrer de 2021.

A expectativa da empresa de transporte de contêineres é de aumento de 5% nas exportações e 6% nas importações neste ano.

Segundo a diretora de vendas da companhia, Mariana Lara, há um movimento global de "superdemanda" pelo equipamento utilizado no envio de cargas.

No Brasil, líder em exportação de diversas commodities, não é diferente, disse ela. O país usa contêineres para exportar café e carnes, entre outros produtos.

"Quando olhamos para os volumes do Brasil também temos indícios de que os volumes vão permanecer bem fortes ao longo do ano como um todo", afirmou a executiva à Reuters.

Entre fevereiro e março, a demanda aquecida aliada a medidas de controle para evitar a disseminação do coronavírus no mundo --lockdowns, diminuição de colaboradores nos portos e demais questões relativas à pandemia-- criaram um desequilíbrio no fluxo de cargas.

Congestionamentos de navios nas unidades portuárias, terminais saturados, aumento nos custos do frete marítimo e falta de contêineres foram algumas das consequências, disse a executiva.

"O pico das dificuldades foi especificamente no contêiner frigorífico, no final de fevereiro (à) primeira semana de março", acrescentou o diretor da Hamburg Süd, José Salgado.

Ele disse que em fevereiro a companhia chegou a deixar de embarcar 5% do que estava no plano de exportação frigorífica, que inclui carnes, ovos e frutas, em função do déficit operacional.

"(Mas) o que ficou comprometido e causou um grau de frustração foram as oportunidades. Percebemos que, com a demanda muito grande (por contêineres), perdemos oportunidades por falta de equipamento e espaço", comentou Salgado.

Naquele momento, os embarques de carnes foram mantidos em detrimento de envios de ovos e frutas para alguns mercados que também são considerados importantes.

A executiva de vendas citou que havia a expectativa de participação forte da maçã brasileira nas exportações "e a gente recuou". "A gente queria muito, mas optamos por não fazer", acrescentou.

Reequilíbrio

Agora, Lara disse que o cenário da pandemia e a forte demanda por contêineres continuam.

No entanto, do ponto de vista operacional, houve uma melhora no fluxo de transporte porque a empresa começou a aprender como lidar com as adversidades.

"Hoje, quando a gente se vê em uma situação como essa de portos congestionados, a gente já trabalha com contingências... imagina o que pode ser feito de eficaz para que a situação não piore", afirmou a diretora.

Um ponto que tem contribuído para a readequação de equipamentos para envio de cargas é o forte volume também de importações.

Isso faz com que mais contêineres venham para o Brasil e sejam disponibilizados posteriormente para atender a exportação.

"Quando você tem uma relação mais equilibrada de importação com exportação, você não precisa se valer tanto de contêineres vazios. É muito mais simples de você planejar seus volumes", explicou Lara.

Além disso, ela ressaltou que a Hamburg Süd trabalha seus acordos comerciais negociando o tempo em que o cliente fica com o contêiner antes de devolver, no intuito de conseguir uma otimização.

"A gente tem trabalhado caso a caso em reduzir esse tempo com os clientes, porque as vezes eles conseguem devolver o contêiner vazio mais rápido e isso quando feito em grande escala também ajuda. Então, acho que são esses pontos centrais que mostram um momento muito mais positivo nos próximos meses."

Fonte : Epoca Negócios
Data : 25/03/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS ASSINA A PRIMEIRA VENDA DE UMA REFINARIA

Por epbr - 25 de março de 2021 - Em Comece seu Dia

Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo.gaudarde@epbr.com.br

em jogo

A Petrobras assinou, nessa quarta (24), com a MC Brazil Downstream Participações, empresa do grupo Mubadala Capital, contrato para venda das ações da empresa que deterá a Refinaria



Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, na Bahia, pelo valor de US\$ 1,65 bilhão.

— O contrato “prevê ajustes no valor da venda em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação, e a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)”.

— “Hoje é um dia muito feliz para a Petrobras e o Brasil. É o começo do fim de um monopólio numa economia ainda com monopólios em várias atividades. A transação satisfaz sem dúvida os melhores interesses dos acionistas da Petrobras e do Brasil”, afirmou Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, que está deixando o cargo.

— Primeira refinaria com um contrato de venda assinado, a RLAM tem capacidade para processar 323 mil barris/dia, cerca de 14% da capacidade total de refino do país. Ao todo, a Petrobras pretende vender oito unidades – seis refinarias, a planta de lubrificantes do Ceará (Lubnor) e a fábrica de processamento de xisto no Paraná (SIX). epbr

— A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) recorre à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o próprio (Cade) contra a venda da RLAM.

— “É um processo feito sem nenhuma transparência, seja no que diz respeito ao preço, de US\$ 1,65 bilhão – que a própria Petrobras assumiu ter sido subavaliado, o que foi atestado por bancos de investimento –, seja no que diz respeito ao papel estratégico da refinaria para o resultado atual e futuro da Petrobras”, diz a associação de trabalhadores.

Limp na Eletrobras. A estatal anunciou nessa quarta (24) a indicação do atual secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Rodrigo Limp, para assumir a presidência da estatal.

— Limp assumirá a vaga deixada por Wilson Ferreira Júnior, que é atualmente CEO da BR Distribuidora. A indicação partiu do governo e ele não foi selecionado pela assessoria Korn&Ferry, contratada para a indicar o executivo que ocuparia o cargo de presidente.

— Na última semana, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) estava avaliando candidatos para assumir a presidência da Eletrobras. epbr

Renovação na diretoria da Petrobras. Quatro diretores da Petrobras não vão renovar seus mandatos. Em cerca de 20 dias, Castello Branco, deixará o cargo e deverá ser substituído pelo general Joaquim Luna e Silva, que havia anunciado a possibilidade de alguns membros da atual diretoria permanecerem em suas funções.

— Deixarão seus cargos a diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores, Andrea Almeida; o diretor Executivo de Comercialização e Logística, André Chiarini; o diretor Executivo de Exploração e Produção, Carlos Alberto Pereira de Oliveira; e o diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção, Rudimar Lorenzatto.

— Os atuais diretores se comprometeram a permanecer na empresa até a posse de seus respectivos sucessores, o que deve ocorrer após a realização da Assembleia Geral Extraordinária no dia 12 de abril.

— Em reunião nessa quarta (24), o Conselho de Administração da Petrobras elegeu Salvador Dahan para o cargo de diretor Executivo de Governança e Conformidade, a partir de 1º de maio de 2021.

— Salvador Dahan atua há 22 anos de experiência nas áreas de Conformidade, Riscos e Governança, com passagens por Procter & Gamble, Grupo Gerda e Nissan.

Navio encalha em Suez e faz petróleo subir. Os preços do petróleo subiram nessa quarta (24/3), depois que um navio encalhou no Canal de Suez, o que gerou preocupações sobre a oferta. Contudo, mais cedo, temores de uma lenta recuperação na demanda devido a “lockdowns” na Europa chegaram a limitar os ganhos.

— O contrato futuro do Brent para maio saltou 5,95%, a US\$ 64,41 o barril, enquanto o WTI com mesmo vencimento avançou 5,92%, a US\$ 61,18 por barril. InfoMoney

Diesel cai pela primeira vez em 2021. No mesmo dia em que o petróleo subiu 6%, a Petrobras anunciou a primeira redução nos preços médios do óleo diesel em suas refinarias no ano, e uma nova redução dos preços da gasolina. Os preços do diesel e da gasolina nas refinarias vão cair em 11 centavos por litro.

— O diesel vai ficar cerca de 4,8% mais barato, e a gasolina cai cerca de 4%. A partir de hoje (25), o preço médio de gasolina nas refinarias será de R\$ 2,59 por litro e do diesel, de R\$ 2,75. São valores médios e arredondados.

— Na semana passada, após o Brent recuar mais de 7% em um dia, a Petrobras cortou os preços da gasolina em quase 5% e manteve o diesel inalterado. epbr

Samsung paga última parcela de acordo de leniência A Petrobras informou que recebeu na última semana a segunda, e última, parcela, no valor de US\$ 59,4 milhões, do acordo de leniência celebrado pela Samsung Heavy Industries.

— Com esses valores, segundo a empresa, a Petrobras ultrapassou R\$ 5,7 bilhões em recursos recuperados em acordos de colaboração, leniência e repatriações. Em 2020, a companhia recebeu R\$ 797 milhões em ressarcimento de valores referentes à Operação Lava Jato.

— Os ressarcimentos decorrem da condição de vítima da Petrobras nos crimes investigados no âmbito da Operação Lava Jato.

Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 25/03/2021

SUPERCICLOS ECONÔMICOS E OS FUNDAMENTOS DO MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO

Por Fernanda Delgado e Heloisa Borges - 25 de março de 2021 - Em Colunas e opinião, Mercado

A dinâmica dos preços do petróleo no mercado internacional é fundamentalmente regida pelo equilíbrio entre oferta e demanda do produto. Desta forma, o balanceamento dos fundamentos de mercado, sobretudo, tem ditado a dinâmica do petróleo como uma commodity, mesmo que fortemente influenciado pelos aspectos geopolíticos.

Os aumentos dos preços desde o final de 2020 trouxeram um otimismo cauteloso para o mercado de energia. Depois de um ano inteiro praticamente com preços em torno de 40 dólares, a sinalização altista para patamares de 60-70 dólares deixa mixed feelings no mercado. Para evitar o contágio por uma euforia momentânea é sempre bom entender os fundamentos mercadológicos básicos e analisar o que está por trás de movimentos repentinos, tanto de baixa quanto de alta.

Vale destacar que por ciclos econômicos entende-se a alternância que acontece na economia entre períodos fortes e de crescimento, com períodos de baixa e de recessão econômica.

O movimento de baixa que solapou o mercado no ano de 2020 é notoriamente conhecido e já foi massificadamente discutido em muitos artigos. Não cabe aqui cansar o leitor com essa rediscussão. Pandemia, descasamento entre oferta e demanda, recessão econômica, redução de investimentos,

excesso de estoques e paralização de atividades produtivas, criaram uma espiral descendente dos preços.

Em contrapartida, o início das campanhas mundiais de vacinação contra a Covid-19 e o poder discricionário e a disciplina dos cortes de produção da OPEP+, que vigora desde abril de 2020, levaram a percepção de algum nível de retomada de normalidade do mercado e provocaram um ramp-up nos preços de dezembro de 2020 para cá (março de 2021).

O espraiamento da vacinação por vários países do mundo enseja a retomada da mobilidade, e no curto e médio prazos, os pacotes de alívio aos impactos econômicos nos EUA, aliados aos investimentos em renováveis, criarão aumentos na receita disponível e dos gastos do governo americano. Pensando em se tratar de um novo ciclo econômico, essa recuperação no país maior consumidor de energia do mundo, pode se tornar intensiva em hidrocarbonetos, incrementando a demanda por petróleo muito antes de reduzi-la, como almeja a administração Biden-Harris. O que reverberará nos preços, forçando-os para cima, podendo chegar a 70 – 75 dólares (Goldman).

O economista do IBRE (FGV), Samuel Pessôa, acredita que haja um potencial inflacionário nos muitos estímulos que se acumulam na economia norte-americana. Um pacote fiscal de cerca de 10% do PIB, como o de Biden na mais modesta hipótese, mesmo se considerando multiplicadores pequenos, representa, na visão do pesquisador, um impulso bem maior que a atual ociosidade de fatores nos Estados Unidos. Segundo suas estimativas, o mercado de trabalho no quarto trimestre de 2021 estará um ponto percentual mais apertado do que o vigente no mesmo período de 2019.

Contudo, outras visões sugerem que a retomada econômica pode não ser tão positiva assim. Júlio Senna, também pesquisador do IBRE, considera que a pandemia deve reforçar alguns fatores da estagnação secular, o que já não aqueceria a demanda no setor petrolífero. O menor crescimento populacional, por exemplo, inibe investimentos em infraestrutura, assim como o baixo crescimento da produtividade. Adicionalmente, a pandemia aumenta a insegurança e as incertezas, o que inibe o consumo e estimula a poupança precaucional. Mesmo após o controle da Covid-19 pela vacinação, permanecerão dúvidas sobre o futuro da mobilidade e das viagens internacionais, com o advento da massificação do home office, que podem afetar o consumo, os investimentos e contratação de mão de obra nos setores atingidos. O grande desafio econômico pós-pandemia no mundo todo, incluindo no Brasil, é a geração de emprego, que liquidamente tornou-se nula nos últimos meses na economia americana.

Corroborando com essa perspectiva, a Agência Internacional de Energia publicou em março de 2021 seu relatório mensal, onde conclui: “a demanda de petróleo provavelmente nunca alcançará sua trajetória pré-pandemia. Pode não haver retorno ao ‘normal’ para o mercado de petróleo na era pós-Covid” (WorldOil, 2021, tradução livre das autoras). Destaca o mesmo relatório que se os governos agirem com mais rapidez nas reformas ambientais do que o esperado e os consumidores evitarem as viagens de negócios e aderirem a medidas ambientais mais rígidas, cerca de 5,6 milhões de barris da demanda diária de petróleo poderão ser eliminados até 2026.

Já a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indica que o crescimento acelerado da geração de energia por fontes renováveis não deverá ser suficiente para atender a todo o crescimento da demanda, exigindo um aumento da oferta petrolífera mundial. Isso, associado à falta de capacidade produtiva adicional da maior parte dos países não-Opep, deve conduzir ao aumento do preço no médio prazo. Porém, essa elevação de preços não deverá ser excessiva. Considerando as revisões de investimentos já observadas, no longo prazo a EPE indica que a principal questão de longo prazo não deverá ser a ausência, ou a redução, da demanda, mas a que preço os produtores conseguirão ofertar e comercializar um volume marginalmente crescente nas próximas décadas.

Por outro lado, pelo lado da oferta, o 14º encontro da OPEP+ decidiu estender os cortes de produção e algumas compensações dos países-membros. Em vigor desde janeiro (2021), a isenção amplia 130 mil bpd à Rússia e 200 mil bpd ao Cazaquistão de flexibilização de produção em relação a março de 2020. Apesar da produção russa não ter aumentado por causa dos impactos do inverno sobre os campos maduros, a continuidade das isenções atendem ao interesse de Moscou em conter



o aumento dos preços e da competitividade do shale oil dos Estados Unidos (EL GAMAL & ASTAKHOVA, 2021). Estabilizar os preços por meio do controle artificial da oferta foi o objetivo da OPEP+ há um ano, com um cronograma claro e específico e cortes escalonados até 2022. Os preços foram, de fato, estáveis entre junho e novembro (2020), pairando em torno de 40-45 dólares por barril. Dessa forma, a oferta do cartel segue artificialmente controlada, removendo do mercado internacional aproximadamente 8,7 milhões de barris todos os dias.

Fora a artificialidade deste controle importa mencionar que existe um excedente de oferta no mundo represado por cortes de capex das empresas, capacidade ociosa de países como Arábia Saudita, embargos comerciais a economias como Líbia e Irã, que, ao terem permitidos acesso às suas produções ao mercado internacional certamente agregariam componentes à oferta desestabilizando o tráfico.

Ao Irã cabe analisar que sua capacidade produtiva está em aproximadamente 4 milhões bpd mas o país só tem produzido (e exportado) aproximadamente 2 milhões bpd. O país está sujeito a duras sanções dos Estados Unidos desde 2018, quando o então presidente Donald Trump retirou o país do acordo internacional para restringir as atividades nucleares. Ainda que alguns países, como a China, desafiem as sanções do Ocidente e mantenham ativas as exportações do petróleo, há uma capacidade ociosa no país que, ao serem removidas as sanções, incluiriam na oferta internacional aproximadamente 2 milhões bpd de petróleo a mais no mercado internacional.

Não foi objeto de análise aqui se questões como o atingimento do pico de demanda de petróleo e a transição energética já exercem algum nível de pressão nos preços por meio da redução dos investimentos em grandes projetos com longos tempos de maturação. Em sendo a volatilidade conhecida a maior inimiga dos investimentos de longo prazo, essas são algumas das razões pelas quais não há um maior otimismo no mercado diante da recente forte recuperação de preços.

O futuro, que sempre foi incerto, apresenta uma maior disparidade de cenários. A norte-americana EIA revisou suas projeções de Brent para 53,20 dólares por barril em 2021 e 55,19 para 2022. Para o longo prazo, os preços, no cenário referencial, devem subir para 73 dólares por barril em 2030 e 95 dólares em 2050. No cenário de preços baixos, as cotações não ultrapassam 50 dólares o barril até 2050, e no de preços altos as cotações sobem para 130 dólares por barril em 2030 e 170 em 2050. O equilíbrio ainda frágil de oferta e demanda tende a fazer com que os agentes permaneçam cautelosos.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 25/03/2021

PETROBRAS VAI MUDAR MAIS DA METADE DA SUA DIRETORIA

Diretores de RI, Logística, E&P e Desenvolvimento da Produção informaram que não pretendem permanecer nos cargos

Por epbr - 24 de março de 2021 - Em Política energética

A Petrobras anunciou nesta quarta (24) a saída de quatro dos oito diretores, que manifestaram ao conselho de administração que não têm interesse em renovar seus mandatos, que terminaram no último dia 20 de março. Os executivos continuaram nos cargos até a nomeação de sucessores, diz a empresa.

Com a renúncia coletiva, a empresa mudará além da presidência – por decisão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de tirar Roberto Castello Branco do cargo – os principais dirigentes das áreas de Relações com Investidores; Comercialização e Logística; E&P e Desenvolvimento da Produção; e Governança e Conformidade.

A saída de Andrea Almeida, que comanda a área Financeira e de RI, era dada como certa depois do anúncio da troca de Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna, já que havia sido indicada pelo atual presidente, com quem trabalhou na mineradora Vale.



André Chiarini foi o primeiro diretor de Logística da Petrobras, área criada em março do ano passado, e também está deixando o cargo. Foi assessor direto de Castello Branco para a área de logística, desde novembro de 2019. Também foi sócio fundador e diretor executivo do Infra Partners Investimentos em Logística.

Pegou o mercado de surpresa a saída dos diretores de Exploração e Produção, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, e Desenvolvimento da Produção, Rudimar Lorenzatto. Ambos são funcionários de carreira da Petrobras, e estão na companhia há décadas.

“Os diretores executivos informaram não tratar-se de ato de renúncia e que estão comprometidos a cumprir rigorosamente com todos os seus deveres e obrigações até a posse de seus respectivos sucessores, o que deve ocorrer após a realização da Assembleia Geral Extraordinária no dia 12 de abril de 2021”, comentou a empresa em nota.

No começo de fevereiro, Marcelo Zenkner, que comanda a área de Governança e Conformidade da Petrobras, já havia manifestado que não tinha interesse em renovar seu mandato na diretoria da Petrobras.

“Considero a missão de disseminar e gerar a absorção da cultura de integridade na Petrobras devidamente cumprida. [...] Agora, finalizado o meu mandato em 20 de março vindouro, é chegado o momento de enfrentar novos desafios”, declarou na época.

Parte da diretoria pode ficar

Em 16 de março, o comitê de contratações da Petrobras aprovou o nome do general Joaquim Silva e Luna para o cargo no conselho de administração da empresa. É o primeiro passo para que possa ser eleito presidente da estatal.

Substituirá Castello Branco por conta das divergências sobre a política de preços dos combustíveis no país.

“O petróleo é nosso?” Bolsonaro ataca Castello Branco e diz não entender reajuste no diesel
Nesta quarta (24), Silva e Luna afirmou que pretende valorizar a “prata da casa” e que parte da diretoria pode continuar na sua gestão. Deixou claro que não pretende chegar na empresa fazendo mudanças na gestão.

“Acho até que mais pessoas podem sair, não de imediato, mas farão por vontade própria. Não pretendo chegar fazendo reformulação, e da minha parte não houve nenhum movimento”, afirmou em entrevista à agência Reuters.

Desenvolvimento da Produção	Exploração e Produção	Refino e Gás Natural	Financeira e de Relacionamento com Investidores	Comercialização e Logística	Governança e Conformidade	Relacionamento Institucional e Sustentabilidade	Transformação Digital e Inovação
Projetos de DP	Exploração	Refino		Logística de E&P	Governança		CENPES
Poços Marítimos	Reservatórios	Gás e Energia	Finanças	Logística	Conformidade	Comunicação e Marcas	Tecnologia da Informação e Telecomunicações
Sistemas Submarinos	Terra e Águas Rasas	Integração de Negócios e Participações	Contabilidade e Tributário	Desenvolvimento de Negócios de Logística	Integridade Corporativa	Responsabilidade Social	Segurança da Informação
Sistemas de Superfície, Refino, Gás e Energia	Águas Profundas		Desempenho Empresarial	Comercialização no Mercado Interno		Relacionamento Externo	Segurança Compartilhados
Gestão Integrada de Recursos e Projetos	Águas Ultra Profundas		Relacionamento com Investidores	Comercialização no Mercado Externo		Segurança, Meio Ambiente e Saúde	Transformação Digital
	Libra		Riscos Empresariais	Comercialização no Mercado Externo		Inteligência e Segurança Corporativa	
	Búzios		Suprimento de Bens e Serviços	Gestão e Planejamento de Estoques e Armazenagem		Mudança Climática	
	Gestão Integrada de Ativos de Exploração e Produção		Controle de Operações Financeiras e Comerciais				
			Supervisão Integrada de Planos de				

<https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2021/03/Captura-de-Tela-2021-03-24-a%CC%80s-20.02.14.png?lossy=1&strip=1&webp=1>

Distribuição vigente de diretorias e gerências vinculadas da Petrobras (24 de março de 2021)

Continuam fazendo parte do quadro de diretores da Petrobras os executivos Roberto Ardenghy, Relacionamento Institucional e Sustentabilidade; Rodrigo Costa Lima e Silva, em Refino e Gás Natural; e Nicolas Simone, com Transformação Digital e Inovação.

Rodrigo Lima e Silva assumiu a posição recentemente, após a saída de Anelise Lara, que se aposentou da companhia.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 25/03/2021

JAIME CALADO, SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Por epbr - 25 de março de 2021 - Em Mercado de gás, Vídeos

O epbr entrevista recebe nesta quinta (25), às 14h, o secretário de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, Jaime Calado, para uma conversa ao vivo sobre o novo marco legal que será proposto no estado para regulamentar o mercado livre de gás natural.

Após a aprovação da Lei do Gás no Congresso Nacional, as atenções se voltam para os estados, que terão a opção de aderir aos critérios do Novo Mercado de Gás, entre eles, a regulação do mercado livre na área de concessão das distribuidoras.

A entrevista será transmitida ao vivo no canal da epbr no Youtube, ou nas nossas páginas no Facebook e LinkedIn.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 25/03/2021



SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SERÁ O NOVO PRESIDENTE DA ELETROBRAS

Rodrigo Limp irá substituir Wilson Ferreira Júnior, que anunciou sua saída em janeiro, insatisfeito com o andamento do processo de privatização da estatal

Por Manoel Ventura



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24940542-e40-980/FT1086A/x27258947257_2c4557299e_k.jpg.pagespeed.ic.Pa54oCxQIC.jpg

Rodrigo Limp participa de sabatina no Senado, quando foi indicado para a Aneel Foto: Pedro França/Agência Senado/15-05-2018

BRASÍLIA — O governo escolheu o atual secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Rodrigo Limp, para a presidência da Eletrobras. Ele substituirá

Wilson Ferreira Júnior, que anunciou a sua saída do cargo no dia 24 de janeiro insatisfeito com o andamento do processo de privatização da estatal.

Apesar de a Eletrobras ter contratado uma consultoria especialista em recrutamento de executivos, o governo escolheu Limp fora do processo seletivo. A consultoria chegou a entrevistar nomes e entregá-los ao governo, que preferiu indicar o secretário do MME.

“Não obstante, ele foi avaliado e recomendado pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, entrevistado e aprovado, por maioria, pelo Conselho de Administração, e atende aos requisitos legais e de qualificação técnica necessários para o cargo”, informou em nota a Eletrobras.

Limp foi diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entre maio de 2018 e março de 2020. Formado em direito e engenharia elétrica, com mestrado em Economia do Setor Público, ele foi consultor do Senado.

"A indicação reafirma o compromisso do governo na continuidade das ações visando ao aumento da eficiência operacional e ao aprimoramento da estratégia de sustentabilidade da Eletrobras, observando que o processo de capitalização, em tramitação no Congresso Nacional, é essencial para que a empresa se torne mais forte e competitiva; contribuindo para gerar emprego e renda à população brasileira; e proporcionando menores custos e melhores serviços aos consumidores de energia elétrica", diz a nota.

Wilson Ferreira irá para a BR Distribuidora. Depois da sua saída, o governo entregou em fevereiro ao Congresso uma medida provisória (MP) que busca acelerar a privatização da Eletrobras.

A entrega foi feita pelo presidente Jair Bolsonaro — que foi a pé do Palácio do Planalto para o Congresso — pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, entre outros membros do governo.

Naquela semana, Bolsonaro causou quedas expressivas nas ações da Petrobras e da Eletrobras ao sugerir e anunciar interferências no comando das duas estatais. No caso da Eletrobras, o presidente disse que o governo ia "meter o dedo na energia elétrica", sem esclarecer o que faria.

O documento foi entregue aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/03/2021

PETROBRAS VENDE REFINARIA NA BAHIA PARA FUNDO ÁRABE POR US\$ 1,6 BI

Venda para o fundo Mubadala ocorre na reta final da gestão Castello Branco, que pretendia privatizar oito refinarias

Por Bruno Rosa



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24645663-280-b6a/FT1086A/x89636132_RlamUnidade-de-Craqueamento-Catalitico-Fluido.-Foto-Juarez-Cavalcanti.jpg.pagespeed.ic.2cO_edxlrA.jpg
Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido da Rlam, refinaria da Petrobras na Bahia Foto: Juarez Cavalcanti / Agência O Globo

RIO — Na reta final da gestão de Roberto Castello Branco, a Petrobras anunciou no fim da noite de quarta-feira que assinou contrato de venda da Refinaria Landulpho

Alves (Rlam), na Bahia, para o Mubadala, fundo de investimento dos Emirados Árabes. O fundo vai pagar US\$ 1,65 bilhão pela unidade. O anúncio ocorreu logo após o Conselho de Administração da estatal ter dado o aval ao negócio.

A Petrobras iniciou o processo de venda da Rlam em junho de 2019. Foi a primeira operação de venda, de um total de oito refinarias que entraram na lista de privatização da Petrobras. Instalada no município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, a Rlam responde por 14% de toda produção nacional de derivados de petróleo.

A venda da Rlam era uma das metas de Roberto Castello Branco, presidente da estatal que deixará a empresa, após divergências com o presidente Jair Bolsonaro em relação à política de preços da Petrobras. A venda da refinaria foi acompanhada de quatro terminais de armazenamento e oleodutos que interligam a refinaria e os terminais, totalizando 669 km de extensão.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24645666-5b2-dae/FT1086A/x89636134_Petrobras-planeja-vender-a-Refinaria-Landulpho-Alves-e-de-mais-sete-unidade-de-refino.-Foto.jpg.pagespeed.ic.24C3iOwdif.jpg
Petrobras vendeu a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada no Recôncavo Baiano, e mais sete unidades de refino, para para fundo árabe por US\$ 1,6 bi. Foto: Geraldo Kosinski / Agência O Globo

Segundo um analista do setor, embora a venda da unidade seja importante para a Petrobras, que ainda sofre com um endividamento elevado,

causou surpresa no mercado que a assinatura do contrato tenha ocorrido no fim da gestão de Castello Branco e com metade da diretoria pedindo para deixar a empresa.

Castello Branco ficará na empresa até a nomeação do indicado do governo, o militar Joaquim Silva e Luna, que ainda precisa do aval de acionistas. A assembleia está marcada para 12 de abril.

FUP critica venda de refinaria

-Seria mais prudente que esse tema fosse debatido pelo novo presidente da estatal, já que ninguém sabe ao certo como ele vai conduzir esse tema. Afinal, a refinaria estava em processo de venda desde junho de 2019 - questionou o analistas.

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) criticaram a venda da refinaria e mencionaram, em nota, a aprovação do negócio na reta final do mandato de Castello Branco e parte da diretoria. As instituições classificam como baixo o valor negociado pela refinaria. Afirmaram ainda que vão questionar o negócio no Tribunal de Contas da União (TCU) e na a Controladoria Geral da União (CGU).

- O que houve hoje foi decisão apenas do Conselho de Administração da Petrobras. A refinaria teve e tem um papel central no desenvolvimento do país, em especial o Nordeste. O fato de a venda da RLAM ser feita a toque de caixa levanta enormes suspeitas - disse Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP.

Também na quarta-feira, quatro de oito diretores da Petrobras pediram para deixar a estatal. Seus mandatos foram encerrados no último dia 20, mas eles ficarão inteiramente nos respectivos cargos até outros profissionais serem nomeados para a diretoria.

Em relação ao preço da Rlam, a Petrobras disse que "estabelece uma faixa de valor que norteia a transação e que considera as características técnicas, de produtividade e o potencial de geração de valor do ativo em diferentes cenários corporativos de planejamento". A estatal disse que leva em conta as projeções do preço do petróleo tipo Brent, margens de refino e taxa de câmbio.

Mubadala quer buscar parceiro

Em nota, Oscar Fahlgren, diretor-executivo da Mubadala Capital no Brasil, disse que a Rlam pode "se tornar um fio condutor para novos investimentos na cadeia de valor de energia, gerando impactos positivos para o setor, a sociedade e para a economia regional".

"Acreditamos que, a partir da conclusão do nosso investimento na Rlam, seremos capazes de atrair parceiros globais de negócios para o setor, multiplicando o impacto positivo gerado", ressaltou Fahlgren.

A ideia de privatizar as refinarias da Petrobras surgiu ainda no governo de Michel Temer. A intenção, inicialmente, era vendê-las em blocos. Em sua gestão, Castello Branco optou por desmembrar o projeto, e as licitações ocorreram separadamente.

Novo diretor de Governança

Na noite de quarta-feira, a estatal disse que foi eleito Salvador Dahan para o cargo de Diretor Executivo de Governança e Conformidade, a partir de maio de 2021. Ele tem passagens pela Procter & Gamble e Nissan.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/03/2021

RELATOR DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS PROPÕE MUDAR MODELO DE VENDA E ASSUSTA INVESTIDORES

Uma das ideias é fatiar a estatal ou vendê-la inteira a um só comprador. Técnicos do governo alertam que mudança pode adiar processo para depois de 2022

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA - Relator da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) avalia mudar completamente o modelo proposto pelo governo para a venda da estatal, o que assustou o mercado financeiro e investidores interessados na proposta.

Em encontros reservados com gestores, investidores e integrantes da equipe econômica, Nascimento disse que uma de suas ideias é fatiar a estatal ou vendê-la inteira para um só comprador ou para um grupo de compradores.

A proposta vai contra o modelo que vem sendo negociado desde 2018 e que é adotado pelas grandes empresas de energia do mundo. Técnicos do governo alertam que a adoção de um novo formato para a privatização pode adiar a venda da Eletrobras para depois de 2022.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/03/2021

GUEDES SUGERE FUNDO COM ATIVOS DE ESTATAIS PARA AUMENTAR BOLSA FAMÍLIA

Ministro defende contrapartida para subir benefícios como o auxílio emergencial

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu a criação de um fundo com ativos de empresas estatais para bancar a ampliação do Bolsa Família ou um novo programa social, chamado por ele de Renda Brasil. Em audiência no Senado, nesta quinta-feira, Guedes disse que o fundo, batizado de “Fundo Brasil”, seria composto pelo valor arrecadado com a venda das estatais deficitárias e de dividendos de empresas públicas que dão lucros.

— Imaginem que nós tenhamos esse Fundo Brasil, que nós separemos lá os ativos que dão retorno ou os que vão ser vendidos e coloquemos isso nesse Fundo Brasil. Eu tenho já uma proposta interessante para nós sentarmos e elaborarmos. Uma parte disso pode justamente ajudar o Renda Brasil, pode complementar, para poder permitir um programa social mais robusto — disse Guedes.

O ministro afirmou ser preciso que a população se sinta donas das estatais.

— Isso faz com que o povo sinta que as estatais são dele. Isso é patrimônio do povo brasileiro. Já está na hora de isso chegar ao povo brasileiro direto, sem intermediários. O dinheiro tem de chegar aos mais pobres. Então, vamos robustecer os programas sociais com isso — acrescentou Guedes.

O Renda Brasil chegou a ser estudado para substituir o Bolsa Família no ano passado. A ideia era aumentar o valor médio do benefício, hoje R\$ 190, e inserir mais famílias — atualmente são 14 milhões. A proposta da equipe econômica era acabar com outros programas sociais, como o abono salarial, para financiar o Renda Brasil. O presidente Jair Bolsonaro, por outro lado, vetou as mudanças.

Guedes foi questionado diversas vezes sobre a possibilidade de aumentar o auxílio emergencial. Em 2020, o governo pagou cinco parcelas de R\$ 600 e três de R\$ 300. Depois de três meses sem auxílio, em 2021 o governo pretende pagar quatro prestações de R\$ 250 a partir de abril.

Citando também o Bolsa Família, o ministro disse ser preciso contrapartidas para subir os valores dos benefícios.

— Se você aumenta esse valor sem, do outro lado, ter as fontes de recursos corretas, você traz de volta a hiperinflação. Ou não precisa nem falar em hiper, traz uma inflação de dois dígitos, como era antigamente, com juros altos. E o resultado final é desemprego em massa, 40 milhões de brasileiros invisíveis num lado, e o imposto mais cruel de todos sobre os mais pobres, que é a inflação — disse Guedes.

O ministro também criticou governos anteriores por não aumentarem o valor do Bolsa Família.

— Eu acho muito interessante as pessoas que ficaram anos aqui, no governo e que botaram o Bolsa Família em R\$ 200. E, de repente, ela (a senadora) me pergunta por que não é R\$ 600. Eu também estou indignado com esse valor. Eu não consigo nem entender por que ficou tantos anos assim, com um valor tão baixo. Eu quero fazer uma denúncia pública de como ficou baixo por tantos anos esse valor — disse o ministro.



Guedes afirmou também que o Estado tem “um trilhão” em ativos imobiliários, “um trilhão” em participação em empresas estatais, mas “prefere carregar a máquina dele aparelhada do que dar o dinheiro para o pobre”.

— Em vez de dar o dinheiro para o pobre direto, o dinheiro é justamente para as corporações, que dão apoio para os sindicatos, para todos os grupos políticos que elegem e se esquecem de dar o dinheiro, na veia, para o pobre — disse Guedes.

Resposta a economistas

Guedes também comentou publicamente pela primeira vez a carta de alerta em que mais de 500 empresários e economistas alertam em relação ao agravamento da pandemia no Brasil, na qual cobram vacinação e distanciamento social como medidas de combate à Covid-19. O ministro afirmou que as medidas sugeridas já são adotadas pelo governo.

Ele também afirmou que empresas que doarem vacinas contra a Covid-19 para o Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ganhar “isenção” do governo.

Intitulado “O País exige respeito; a vida necessita da ciência e do bom governo — carta aberta à sociedade referente a medidas de combate à pandemia”, o documento lembra que o Brasil é, hoje, o epicentro mundial da Covid-19 e reforça a necessidade de que as políticas públicas se baseiem em evidências científicas.

— As medidas propostas: vamos acelerar a vacina. Ora, estamos todos de acordo e parece que vamos acelerar. Se não aceleramos antes, pode ter havido uma falha, mas como é outra área, não vou nem comentar. O que eu digo é que vamos acelerar as vacinas, estamos todos de acordo com os economistas — disse o ministro, ao participar de audiência no Senado.

Os economistas que assinam a carta afirmam que a saída da crise requer vacinação em massa e que, infelizmente, o Brasil está atrasado. O documento também cobra o reforço urgente de medidas de distanciamento social enquanto se busca aumentar o número de doses de vacina disponíveis e pede o incentivo ao uso de máscaras.

— Vamos usar máscara e difundir essa prática. Bom, os senhores sempre me viram de máscara, estou há um ano andando de máscara para todo lado. Então, eu, do ponto de vista dos economistas, estou lá também usando máscara — disse Guedes.

Ele completou:

— Distanciamento social, estou há um ano sem ir ao Rio de Janeiro, que é a minha cidade. Eu não vejo a minha casa há um ano, estou aqui em Brasília trabalhando 24 horas por dia e fim de semana, tentando fazer a minha parte — acrescentou Guedes.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/03/2021

COMISSÃO APROVA ORÇAMENTO COM CORTE EM PREVIDÊNCIA E AUMENTO DE R\$ 26 BI PARA OBRAS

Mudança foi incluída de última hora para destravar votação. Do total, R\$ 11 bilhões são verbas destinadas a áreas comandadas por Rogério Marinho e Tarcício de Freitas

Por Geralda Doca e Fernanda Trisotto

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou nesta quinta-feira o relatório da proposta orçamentária que prevê R\$ 26 bilhões a mais para emendas destinadas a obras e ações de interesse dos parlamentares. Os recursos foram viabilizados por meio de cortes em áreas como a Previdência e gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com seguro-desemprego e abono salarial.

As mudanças no Orçamento foram incluídas em uma complementação ao parecer que havia sido apresentado pelo relator do projeto, senador Marcio Bittar (MDB-AC), no domingo. O objetivo foi destravar a votação, que estava emperrada porque deputados e senadores estavam insatisfeitos com o volume de emendas, recursos destinados às bases eleitorais.

Do total, R\$ 11 bilhões são recursos destinados a áreas ligadas aos ministérios comandados por Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), que pressionaram por mais recursos ao longo de 2020

Segundo técnicos que acompanharam a elaboração da proposta, R\$ 10 bilhões do total de novos recursos são de emendas de interesse da Secretaria de Governo, ligada ao Palácio do Planalto — menos que os R\$ 12 bilhões pedidos pela pasta. Outros R\$ 11 bilhões são da Câmara e R\$ 5,5 bilhões, do Senado.

Do total dos cortes, R\$ 10 bilhões serão no FAT, sendo R\$ 7,4 bilhões do abono salarial e R\$ 2,6 bilhões do seguro-desemprego. Há ainda a redução de R\$ 13,5 bilhões nos gastos com a Previdência — o que pode levar o governo a ser obrigado a bloquear gastos nas próximas semanas. Outro alvo da tesourada foi o programa de subvenção a créditos do setor agropecuário.

O corte na despesa do FAT será possível porque o governo conseguiu aprovar no Conselho Deliberativo do Fundo (Codefat) o adiamento do calendário do abono salarial do Pis/Pasep, previsto para iniciar no segundo semestre deste ano para janeiro de 2022.

O remanejamento nas despesas com benefícios previdenciários ocorreu sob a justificativa de que houve recursos não desembolsados no ano passado por causa da reforma da Previdência. Essa sobra foi de R\$ 8 bilhões.

No entanto, o governo terá que gastar neste ano mais R\$ 8,3 bilhões em relação ao orçamento inicial por causa do aumento maior do salário mínimo e dos demais benefícios por causa da alta na inflação.

O problema de usar os recursos da Previdência para fechar a conta é que, se o governo precisar gastar mais nessa área, conforme previsto, poderá contingenciar (bloquear) o pagamento das emendas.

Com contas apertadas pelo teto de gastos, a primeira versão do relatório do Orçamento de 2021, assinada por Márcio Bittar, previa R\$ 37 bilhões em investimentos. É menos do que os R\$ 49 bilhões do ano passado e também o menor valor desde 2000, segundo levantamento do GLOBO.

O direcionamento é parte das acomodações feitas de última hora para acomodar o Orçamento de "emendas a relator" prometidas a deputados e senadores. A previsão era votar a proposta orçamentária nessa quarta-feira, mas os parlamentares e o próprio Palácio pressionavam por mais verba. No relatório inicial, Bittar destinou apenas R\$ 3 bilhões a esse tipo de emenda.

Senador justifica escolhas

No início da sessão da CMO, Bittar destacou que recebeu um orçamento muito restrito, que impedia a realização de qualquer tipo de obra, principalmente às vinculadas aos ministérios do Desenvolvimento Regional e Infraestrutura, e que fez escolhas visando priorizar essas ações.

– O Ministério da Economia ficou de enviar de onde tirar os recursos, mas não enviou – declarou.

Ele também comentou sobre a decisão de remanejar recursos do seguro desemprego. O senador detalhou que a ação possuía dotação de R\$ 33,5 bilhões, mas só utilizou R\$ 4,1 bilhões nos três primeiros meses de 2021.

– Os dados demonstram que, de acordo com as médias históricas de solicitação do seguro, os gastos devem se manter na mesma proporção verificada nos três primeiros meses do ano,

permitindo uma revisão do montante a ser gasto e, conseqüentemente, a melhor alocação dos recursos – justificou.

Bittar ressaltou que o governo já sinalizou que vai reeditar o programa emergencial de manutenção do emprego e da renda (BEm), o que vai garantir a preservação de empregos e diminuir a demanda pelo seguro.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/03/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS: COMPETIÇÃO NO MERCADO INTERNO COLOCA EM RISCO AQUISIÇÕES NO PRÉ-SAL

Por Fernanda Nunes

Rio - A entrada de concorrentes nos setores de exploração e produção de petróleo e gás e de refino, no Brasil, é apontada pela Petrobras como um dos riscos à sua operação, atualmente. Com o crescimento da competição, há chance de a petrolífera estatal perder oportunidades de compra de áreas no pré-sal e de se tornar menos competitiva na produção de derivados de petróleo.

O detalhamento dos riscos operacionais que a companhia enfrenta, no atual ambiente de negócios, faz parte do relatório 20F, arquivado na U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), entidade norte-americana de controle do mercado financeiro.

“Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás podem intensificar as exigências para que nossos níveis de desempenho permaneçam alinhados aos das melhores empresas do setor”, afirma a Petrobras, no documento.

A estatal anunciou na quarta-feira, 24, a venda da Refinaria Landulpho Alves (RIam), a primeira a ser privatizada de um grupo de oito. O Mubadala, fundo de investimento dos Emirados Árabes, comprou a fábrica por US\$ 1,65 bilhão. Esse é o primeiro concorrente com o qual a Petrobras vai ter que lidar no setor de refino, no Brasil. Se conseguir se desfazer de outras refinarias, novos competidores vão ingressar, além dos importadores, que já respondem por uma parcela do mercado interno de combustíveis.

O desafio da estatal na área de abastecimento de derivados de petróleo deverá ser o de maximizar o retorno sobre o capital empregado, de reduzir custos e implementar novas tecnologias, segundo o 20F.

No segmento de exploração e produção de petróleo e gás, a empresa avalia que poderá fracassar na “aquisição de blocos exploratórios em futuras rodadas de licitações”, se seus concorrentes tiverem estrutura de custo e capital melhores do que os dela.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/03/2021

RELATOR DO ORÇAMENTO CONDICIONA R\$ 4 BI DE EMENDAS A PAGAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA POR EMPRESAS

As empresas seriam compensadas pelo pagamento do benefício com dedução da contribuição previdenciária patronal; medida não tem simpatia da área técnica do Ministério da Economia

Por Daniel Weteman e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Congresso Nacional "pendurou" um volume de R\$ 4 bilhões em emendas parlamentares indicadas pelo relator-geral do Orçamento condicionando os recursos a uma mudança nas regras do auxílio-doença.

A proposta é transferir o pagamento de auxílio-doença de trabalhadores para as empresas, que serão compensadas com dedução da contribuição previdenciária patronal. Para isso, terá de ser aprovado um projeto de lei na Câmara e no Senado. A mudança foi discutida em 2019 e defendida pelo então secretário especial de Previdência, Rogério Marinho, hoje ministro do Desenvolvimento Regional.

Atualmente, o funcionário que fica mais de 15 dias sem trabalhar por motivo de doença passa a receber o benefício pelo INSS. O pagamento, contudo, só ocorre após a realização de uma perícia, o que costuma demorar, em média, 40 dias. Nesse período, o trabalhador fica sem salário. Com a mudança, de acordo com o relator do Orçamento, Márcio Bittar (MDB-AC), as empresas poderão antecipar o pagamento do benefício e ter a dedução da contribuição previdenciária dentro do mesmo mês.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/4/1/1614806806214.jpg>

Marcio Bittar

O senador Márcio Bittar, relator do projeto de Orçamento de 2021. Foto: Adriano Machado/Reuters

Como o problema no Orçamento de 2021 é abrir espaço no lado das despesas por conta da restrição do teto de gasto (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação), a proposta caiu como uma luva para o relator, que indicou R\$ 26 bilhões controladas diretamente por ele, aumentando seu poder sobre o Orçamento, dos quais R\$

4 bilhões ficarão condicionados à mudança no auxílio-doença. O potencial de economia nas despesas é de R\$ 5 bilhões. A maior parte das verbas ligadas ao ministério de Rogério Marinho, porém, não ficou "pendurada" e foi colocada cortando despesas de outros benefícios previdenciários.

Sem a economia com a mudança no auxílio-doença, o corte nas despesas obrigatórias da Previdência promovidas pelo relator cai de R\$ 13,5 bilhões para R\$ 9,5 bilhões.

O senador afirmou que a proposta em estudo não afetará micro e pequenas empresas nem trabalhadores autônomos e rurais. No texto da lei orçamentária, o relator definiu que esse montante condicionado só será executado após a publicação da lei ou da medida provisória que redefina a concessão do auxílio. Além disso, se a mudança não for colocada em prática em até 30 dias após a sanção do Orçamento, ou se a nova regra não surtir a economia pretendida, as verbas poderão ser canceladas.

A medida não tem muita simpatia da área técnica fiscalista do Ministério da Economia. Com o modelo antecipado pelo relator, haverá redução da receita e da despesa ao mesmo tempo. Em plena pandemia de covid-19, com avanço de mortes, falta de vacina e medidas de isolamento social, as empresas devem apontar problemas de caixa em função da crise. Na avaliação de outros técnicos, porém, a medida é boa para o trabalhador, porque garante que ele não fique sem receber salário.

O que acontece hoje é o que se chama o "limbo previdenciário" após o trabalhador entregar o atestado médico à empresa. Esse risco ocorre tanto antes do INSS conceder como depois de órgão cessar o benefício. Se o trabalhador demorar a ser atendido, cria-se um problema porque ele vai ficar sem receber até lá, mesmo que depois o INSS pague os valores retroativamente. Dessa forma, o trabalhador fica no limbo nem recebe do INSS e nem recebe da empresa.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/03/2021

GUEDES DIZ QUE GOVERNO ENVIARÁ PROJETO PARA REGULAMENTAR META DA DÍVIDA

A PEC do auxílio emergencial trouxe uma meta para a dívida pública, mas exige uma lei complementar para colocar a questão em prática

Por Amanda Pupo e Eduardo Laguna, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA e SÃO PAULO - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira, 25, a senadores que o governo está "devendo" e que vai enviar ao Congresso a lei complementar para regulamentar uma meta de evolução da dívida pública.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial trouxe uma meta para a dívida pública no arcabouço das regras fiscais do País, mas exige uma lei complementar para colocar a questão em prática. Guedes ouviu do senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) o receio de que esse projeto não seja enviado.

"Nós estamos devendo mesmo essa lei complementar, vamos mandar, podemos fazer trabalho muito importante", respondeu Guedes. "Na regulamentação dos artigos citados pelo senador Oriovisto, nós então assumimos esse compromisso de toda vez que vender (estatais), vai para a redução (da dívida)."

Para garantir a sustentabilidade fiscal, a emenda prevê a necessidade de definição de uma trajetória de convergência do montante da dívida com os limites a serem definidos. O texto autoriza medidas de ajuste para as contas públicas alcançarem a trajetória desejada e o planejamento de alienação de ativos para a redução da dívida, como é o caso das privatizações de empresas e venda de imóveis.

Em seguida, o ministro da Economia já emendou novos comentários sobre sua ideia de constituir um fundo para reforçar programas sociais e ajudar no combate à dívida pública. Cunhado de "Fundo Brasil" por Guedes, o mecanismo poderia ser dividido igualmente, em três partes, para pagamentos à camada mais pobre da população, a investimentos em infraestrutura e no abatimento de dívidas, segundo ele. Uma quarta parte ainda poderia existir para possibilitar também a renegociação de dívidas dos Estados, com redução.

"Tem multa, juros altos. A dívida estadual cresceu brutalmente. Se fosse no setor privado, você renegociaria com desconto. Hoje a dívida está grande, Estado não consegue pagar, União acaba dando aval para tudo. Pode ser interessante trocar o aval por um desconto", afirmou o ministro.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a ideia de Guedes é destinar os dividendos pagos por essas companhias a um fundo que bancaria políticas sociais. Em setembro do ano passado, Guedes já havia defendido dividir os dividendos com os brasileiros mais pobres. O governo, porém, nunca enviou essa proposta ao Congresso.

"Temos os ativos para fazer isso acontecer. Não podemos ficar sentados em cima de ativos que estão apodrecendo. Estamos descobrindo coisas inacreditáveis aqui. Um dia vamos conversar sobre isso, sobre esse R\$ 1 trilhão de ativos. E não é só um R\$ 1 trilhão, é R\$ 1,3 trilhão", disse o ministro.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/03/2021

GOVERNO RECORRE À JUSTIÇA CONTRA SUSPENSÃO DE LEILÃO DE 22 AEROPORTOS EM ABRIL

Sexta rodada de leilão inclui 22 terminais e prevê investimento total de mais de R\$ 6 bilhões

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo federal recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) para derrubar uma decisão individual de primeira instância que suspendeu provisoriamente o leilão da sexta rodada de 22 terminais aeroportuários, programado para o dia 7 de abril.

O leilão está dividido em blocos. O do Sul é formado por nove aeroportos: Curitiba, Bacacheri, Foz do Iguaçu e Londrina (PR), Navegantes e Joinville (SC), e Pelotas, Uruguaiana e Bagé (RS). Sete compõem o Bloco Norte I: Manaus, Tabatinga e Tefé (AM), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), e Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC). E outros seis formam o Bloco Central: Goiânia (GO), Palmas (TO), São Luís e Imperatriz (MA), Teresina (PI) e Petrolina (PE). O investimento total previsto é de mais de R\$ 6 bilhões.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o Executivo espera uma resposta do TRF-4 para os próximos dias e está confiante na reversão da decisão.

A Comissão Especial de Licitação vai continuar recebendo impugnações ao edital. A apreciação e as respostas a essas petições, por sua vez, estarão condicionadas à autorização judicial para o prosseguimento do certame, informou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

“Qualquer nova alteração no cronograma será divulgada no Diário Oficial da União e na página eletrônica da Agência”, disse a agência em nota.

A decisão de primeira instância que suspendeu o leilão foi assinada pelo juiz Tiago do Carmo Martins, da 3ª Vara da Justiça Federal em Itajaí, tendo como alvo as condições de licitação do Aeroporto Internacional de Navegantes (SC). O pedido foi feito pela organização Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu, em uma ação civil pública contra a União e a Anac.

A entidade pede que a concessão do aeroporto preveja a obrigatoriedade de construção de uma nova pista. Técnicos do governo argumentam que os estudos de projeção de demanda não concluíram por essa necessidade. Segundo nota da Justiça de Santa Catarina, o juiz determinou a realização de prova pericial antecipada, com o objetivo de medir a demanda de carga atual e projeção para os próximos 30 anos para o aeroporto.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/03/2021

SOB CRÍTICAS E PRESSÃO POR MAIS RECURSOS, CONGRESSO VOTA ORÇAMENTO HOJE

Senador Jean Paul Prates não concorda com o patamar de investimentos dos militares previstos na peça orçamentária; texto destina R\$ 8,3 bi para o Ministério da Defesa

Por Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), criticou o patamar de investimentos dos militares do Orçamento de 2021. O projeto deve ser votado nesta quinta-feira pelo Congresso Nacional e há pressão por mais recursos para obras e saúde, em meio à pandemia de covid-19.

A peça orçamentária destina R\$ 8,3 bilhões para investimentos do Ministério da Defesa, um quinto (22%) do total para todo o governo federal, conforme relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC) apresentado ontem.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/2/16/16643178120.jpg>

Jean Paul Prates vai tentar reverter a verba reservada aos militares no Orçamento de 2021. Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O líder da minoria comunicou que o PT tentará reverter o cenário, apesar de não haver esse movimento em grupos fora da oposição.

Os militares também são a única categoria que deve ser contemplada este ano com reajuste, o que deve consumir outros R\$ 7,1 bilhões dos cofres públicos, enquanto todo o restante do funcionalismo está com o salário congelado até dezembro. Como o aumento é autorizado por leis anteriores, com aval do próprio Congresso Nacional, o orçamento é obrigado a considerar essa projeção.

“Os militares vão receber reajuste salarial e um quinto dos investimentos federais enquanto a saúde está em colapso. É assim que Bolsonaro demonstra sua preocupação com o Brasil e com os brasileiros?”, questionou Prates em declaração enviada à imprensa.

“É um absurdo que, num momento como este, o governo trabalhe por aumentos salariais para as Forças Armadas e deixe de lado a pandemia”, afirma o parlamentar.

“Não tem cabimento eleger os militares como privilegiados no meio de uma pandemia e no rastro de um governo incapaz de reduzir despesas públicas”, criticou o cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CPL), Luiz Felipe D'Avila.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/03/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

GARGALOS E VIGOR DA INDÚSTRIA GLOBAL PRESSIONAM PREÇOS

Em uma série de pesquisas realizadas em várias partes do mundo, fabricantes reportaram mais demora na entrega de matérias-primas e outros insumos, aumento dos atrasos na produção e uma grande alta nos preços dos insumos

Por Paul Hannon e Gwynn Guilford — Dow Jones Newswires

Economias em retomada, lideradas pelos EUA, e uma explosão da demanda por bens de consumo estão ajudando a pressionar cadeias de fornecimento já extenuadas, com uma série de contratemplos – como a obstrução do Canal de Suez nesta semana – devendo agravar a escassez e aumentar mais os preços.

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) acredita que a economia dos EUA se recuperará mais rápido que o previsto meses atrás, antecipando que a vacinação contra a covid-19 e trilhões de dólares em estímulos resultarão na expansão econômica mais acelerada em mais de 30 anos.

Isso está aumentando a pressão sobre as cadeias de fornecimento globais das quais as multinacionais dependem para fazer de tudo, de bicicletas a móveis.

Em uma série de pesquisas realizadas em várias partes do mundo e divulgadas ontem, fabricantes reportaram mais demora na entrega de matérias-primas e outros insumos, aumento dos atrasos na produção e uma grande alta nos preços dos insumos.

Nos EUA, há também sinais de que a falta de matérias-primas está pressionando as empresas do setor industrial, com a produção crescendo no ritmo mais lento em cinco meses – em parte por causa da falta de matérias-primas -, enquanto os novos pedidos crescem no ritmo mais forte em sete anos.

A empresa de dados IHS Markit disse que executivos americanos reportaram as maiores interrupções no fornecimento desde que iniciou essa pesquisa nacional em 2007. A Markit também disse que as empresas “no geral reportaram menor crescimento da produção por falta de matérias-primas para atender os novos pedidos”.



Há alguns sinais de que esse déficit está afetando modestamente o crescimento, especialmente nos EUA. Portos congestionados e a nevasca que atingiu o Texas no mês passado agravaram o que já era um problema global antes mesmo de o pacote de alívio de US\$ 1,9 trilhão do governo Joe Biden ter estimulado ainda mais a demanda.

Economistas e banqueiros centrais afirmam que a escassez deverá ter vida curta, com os fabricantes de semicondutores e outras peças que ficaram relativamente escassas aumentando suas capacidades de produção. A reabertura do setor de hospitalidade e outros serviços, na medida em que a vacinação avança, deverá mudar o foco do consumo dos investidores para além dos produtos que apresentam alta demanda no momento, como laptops e outros dispositivos eletrônicos domésticos.

“Haverá um crescimento um pouco mais lento e uma modesta pressão de alta sobre os preços”, disse o presidente do Fed, Jerome Powell, em depoimento ao Congresso americano ontem. “Mas isso deverá ser temporário. Vocês sabem, por definição um gargalo é uma coisa temporária, assim como os ajustes no lado da oferta.”

A recuperação da indústria global do colapso motivado pela pandemia começou em maio, e a produção retornou aos níveis pré-lockdown em dezembro. Essa recuperação foi muito mais rápida que a verificada depois da crise financeira global depois da crise financeira global (2008-09), e a velocidade da recuperação parece ter pego muitos fabricantes e seus fornecedores desprevenidos.

A falta de matérias-primas tem sido mais grave no setor automobilístico, onde os fabricantes foram forçados a cortar a produção em resposta a uma falta de semicondutores. Mas as dificuldades para se conseguir matérias-primas e outros insumos foram recentemente agravadas por uma série de grandes contratemplos.

O mais recente deles foi a obstrução do Canal de Suez, na terça-feira, por um navio de carga que encalhou atravessado no canal. Isso aconteceu depois de um incêndio, na sexta-feira, em uma fábrica de um dos maiores fabricantes de chips do mundo em Hitachinaka, a nordeste de Tóquio.

A nevasca que atingiu o Texas em fevereiro provocou extensos blecautes, que fecharam fábricas que fazem parte do maior complexo petroquímico do mundo, muitas das quais ainda inoperantes.

Os revendedores de automóveis nos EUA já estão ficando sem caminhões e carros, com a escassez de peças afetando a produção. Resultado, os compradores estão pagando mais, esperando mais e tendo menos modelos para escolher. Enquanto isso, os gastos do consumidor americano com bens cresceram quase 10% em janeiro, em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo o Departamento do Comércio. O aumento da demanda está provocando atrasos nos portos americanos, de navios com dezenas de milhares de contêineres e longos atrasos no descarregamento de mercadorias.

“Os fabricantes estão tendo mais dificuldades para acompanhar a demanda, graças principalmente aos problemas e atrasos na cadeia de fornecimento”, disse Chris Williamson, economista-chefe da IHS Markit. “Os preços subiram, com a alta dos preços dos insumos e a inflação ao consumidor bem acima do que qualquer coisa já vista na história da pesquisa.”

Na Alemanha, uma das potências industriais do planeta, a pesquisa dos gerentes de compras registrou o maior aumento da produção desde o início da série em 1996. Isso é uma boa notícia para a economia europeia, que continua paralisada pelo aumento do número de casos de covid-19 e uma lenta campanha de vacinação.

Nos últimos seis meses a economia da Europa moveu-se em duas velocidades. Enquanto o setor industrial cresceu num ritmo acelerado, a atividade do de serviços, que é maior, declinou. No geral, nos cinco meses anteriores o resultado foi uma contração da produção que provavelmente lançou a zona do euro numa recessão nos últimos três meses do ano passado e nos três primeiros deste ano.

Mas para surpresa da maioria dos economistas, isso mudou em março, com o setor industrial mostrando-se forte a ponto de compensar o declínio do setor de serviços, preparando o caminho para um crescimento geral.

Esse retorno do crescimento poderá não ser sustentado, uma vez que França e Alemanha impuseram novas restrições aos consumidores e empresas nas últimas semanas, e há poucos sinais de uma aceleração iminente da vacinação.

Para a maior parte do resto da economia mundial, a recuperação está menos desequilibrada. Mas na maioria dos países, o setor industrial vem se recuperando com mais força do que o setor de serviços, refletindo o fato de que a maior parte dos produtos podem ser consumidos com riscos relativamente baixos de contágio, enquanto uma série de serviços liderados pelos setores de hospitalidade e entretenimento continuam sendo vistas como atividades de alto risco.

Na Austrália, fabricantes informaram o maior alta nos preços de importados da história da pesquisa, atribuída a gargalos nas cadeias de fornecimento.

Na zona do euro, os gerentes de fábricas informaram o maior aumento nos preços dos insumos em uma década, além dos maiores períodos de espera por insumos nos 23 anos de história da pesquisa. Em especial, companhias industriais da Alemanha destacaram o aumento do tempo de espera por insumos vindos da Ásia.

Nos EUA e Europa, os fabricantes vêm respondendo ao aumento da demanda recrutando mais trabalhadores, o que deverá ajudar na recuperação do setor de serviços quando essas empresas puderem reabrir totalmente. Mas a alta dos custos das matérias-primas aponta para preços maiores para o consumidor nos próximos meses, um problema que os banqueiros centrais veem como de vida curta, pelo menos por enquanto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 25/03/2021

GOVERNADORES E PREFEITOS BANCAM AUXÍLIOS REGIONAIS

Um terço dos Estados e oito das 26 capitais do país anunciaram ou já estão oferecendo programas de transferência de renda

Por Marta Watanabe, Hugo Passarelli e Álvaro Fagundes — De São Paulo

Em meio à espera do pagamento do auxílio emergencial da União, pelo menos um terço dos Estados e oito das 26 capitais do país anunciaram oficialmente ou já estão oferecendo programas de transferência de renda como forma de mitigar os efeitos da pandemia. Os auxílios são considerados instrumentos para dar meios à população de seguir as regras de isolamento social num momento em que elas se tornam ainda mais rígidas com a escalada de casos de covid-19. Conjuntamente, os programas devem pagar este ano montante superior a R\$ 1 bilhão e revelam uma diversidade nos valores e no recorte de beneficiários.

Grandes programas

Benefícios divulgados oficialmente, aprovados ou em curso, por entes selecionados

Ente	Valor do auxílio (R\$)	Valor total do programa (R\$ milhões)
Município de São Paulo	100 mensais	500
Município do Rio de Janeiro	108 a 500 em parcela única	100
Município de Salvador*	270 mensais desde junho/20*	66
Manaus	200 mensais em seis parcelas	96
Goânia	300 mensais em seis parcelas	43,5
Niterói	500 mensais desde abril/20, estendido até julho	411**
Estado da Bahia	150 mensais por seis meses	231
Estado do Pará	100 reais em parcela única	100
Estado de Mato Grosso	150 mensais em três parcelas	45

Fonte: Estados e municípios. *Benefício vai até março e deve ser prorrogado por mais três meses. Valor foi o gasto até agora ** De abril/20 a jul/21

[https://s2.glbimg.com/7SWA1odYYUdNmGHpqpGKybgmh uM=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/t/u/IdJc0NTQOWtuhY77QEfg/arte25bra-101-auxilio-a6.jpg](https://s2.glbimg.com/7SWA1odYYUdNmGHpqpGKybgmh uM=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/t/u/IdJc0NTQOWtuhY77QEfg/arte25bra-101-auxilio-a6.jpg)

Há desde programas com recortes mais amplos num

determinado nível de renda de famílias inscritas no Bolsa Família, como o programa da cidade de

São Paulo ou do Estado do Pará, até programas que focaram em determinados grupos na tentativa de mitigar prejuízos com medidas de isolamento social. É o caso de Estados como Piauí e Ceará, que têm projeto ou já aprovaram leis para dar auxílio, entre outros, a trabalhadores de bares e restaurantes que ficaram desempregados.

As diferenças nos valores e formatos de pagamento também chamam a atenção. O município de São Paulo deve pagar este ano três parcelas de R\$ 100 enquanto o Estado do Pará já iniciou pagamento de parcela única de R\$ 100. Em Niterói, no Rio de Janeiro, a parcela mensal é de R\$ 500 mensais desde abril do ano passado. Salvador tem pago há dez meses parcelas mensais de R\$ 270. A previsão legal é de que o benefício da capital baiana vá até este mês, mas a perspectiva é de prorrogação por pelo menos mais três meses, segundo a secretária de Fazenda do município, Giovanna Victor.

O recorte do benefício soteropolitano inclui famílias vulneráveis do Cadastro Único e também vendedores ambulantes e catadores de recicláveis. “São pessoas que ganham durante o dia o dinheiro que paga o jantar”, diz. Sem o auxílio, diz ela, as pessoas de baixa renda precisariam sair de casa e assim o isolamento social, imprescindível enquanto a vacinação não se completa, não se realizaria.

O quadro revela a heterogeneidade econômica entre as regiões e a desigualdade das condições fiscais entre os entes, diz o economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). O morador das cidades ou dos Estados, diz ele, fica sujeito a uma oferta de auxílio emergencial regional que depende da situação fiscal prévia dos entes e também do quanto as respectivas regiões foram beneficiadas no ano passado com as transferências de recursos do governo federal e com o impulso de consumo resultante do pagamento do auxílio emergencial federal de R\$ 600, depois reduzido a R\$ 300.

“Em geral muitos Estados do Norte e Nordeste tiveram no ano passado situação de massa de consumo de renda maior que o período anterior à pandemia”, lembra Duque. Somente um programa federal poderia reduzir os efeitos da heterogeneidade de condições, aponta.

Ainda que devam ser importantes para os beneficiários locais, destaca o economista, os programas emergenciais de Estados e municípios deverão ter alcance reduzido em relação aos benefícios sociais da União. Se chegarem a pagar perto de R\$ 2 bilhões este ano, calcula, o montante ainda estará longe dos R\$ 35 bilhões que o Bolsa Família distribui anualmente.

Entre os 60 maiores municípios do país, 11 já pagam, enviaram projetos à Câmara dos Vereadores ou no mínimo já anunciaram oficialmente programas de transferência de renda. São, entre as capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Manaus, Recife, Goiânia e Belém. Entre os programas de maior valor está o do município de São Paulo. O benefício paulistano deve atingir cerca 1,28 milhão de pessoas, com pagamento de R\$ 100 mensais durante o período de três meses. Segundo a prefeitura, o programa deve custar cerca de R\$ 500 milhões e é destinado a famílias inscritas no Programa Bolsa Família até 30 de setembro de 2020 e trabalhadores do comércio informal e ambulantes, entre outros.

Fora das capitais, as prefeituras de Maringá (PR) e Osasco (SP) informaram que projeto nesse sentido deve ser enviado em breve ao Legislativo. Serra (ES) e Niterói (RJ) também indicaram pagamento de auxílio. Segundo a prefeitura de Niterói, o benefício de R\$ 500 mensais é pago desde abril de 2020 e deve seguir pelo menos até julho deste ano. Considerando todo o período, desde de 2020, o valor do programa, que beneficia 50 mil famílias, é de R\$ 411 milhões.

Foram considerados programas de transferência de renda aqueles que foram criados ou ampliados em razão da pandemia de covid-19. Não foram incluídos benefícios destinados à compra de produtos específicos, como alimentos. Também não foram considerados auxílios que exigem contrapartidas, como a adesão a cursos de capacitação ou qualificação.

Entre os Estados, levantamento preliminar mostra que Bahia, Pará, Distrito Federal, Piauí, Mato Grosso, Ceará, Rondônia, Maranhão e Rio de Janeiro estão entre os que pelo menos anunciaram oficialmente um auxílio. O Estado de São Paulo anunciou programas de auxílio à qualificação e de inclusão este ano e informa que mantém, desde 2001, programa de transferência direta de renda permanente que beneficia cerca de 46 mil famílias, com pagamento de R\$ 80 mensais, além de auxílios destinados a jovens e idosos.

Ontem, 16 governadores assinam carta direcionada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que o Congresso disponibilize os recursos necessários para o auxílio emergencial em níveis que superem os valores noticiados de R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375. Os governadores defendem auxílio emergencial de R\$ 600, com os mesmos critérios de acesso de 2020.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 25/03/2021

GARGALOS E VIGOR DA INDÚSTRIA GLOBAL PRESSIONAM PREÇOS

Em uma série de pesquisas realizadas em várias partes do mundo, fabricantes reportaram mais demora na entrega de matérias-primas e outros insumos, aumento dos atrasos na produção e uma grande alta nos preços dos insumos

Por Paul Hannon e Gwynn Guilford — Dow Jones Newswires

Economias em retomada, lideradas pelos EUA, e uma explosão da demanda por bens de consumo estão ajudando a pressionar cadeias de fornecimento já extenuadas, com uma série de contratemplos - como a obstrução do Canal de Suez nesta semana - devendo agravar a escassez e aumentar mais os preços.

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) acredita que a economia dos EUA se recuperará mais rápido que o previsto meses atrás, antecipando que a vacinação contra a covid-19 e trilhões de dólares em estímulos resultarão na expansão econômica mais acelerada em mais de 30 anos.

Isso está aumentando a pressão sobre as cadeias de fornecimento globais das quais as multinacionais dependem para fazer de tudo, de bicicletas a móveis.

Em uma série de pesquisas realizadas em várias partes do mundo e divulgadas ontem, fabricantes reportaram mais demora na entrega de matérias-primas e outros insumos, aumento dos atrasos na produção e uma grande alta nos preços dos insumos.

Nos EUA, há também sinais de que a falta de matérias-primas está pressionando as empresas do setor industrial, com a produção crescendo no ritmo mais lento em cinco meses - em parte por causa da falta de matérias-primas -, enquanto os novos pedidos crescem no ritmo mais forte em sete anos.

A empresa de dados IHS Markit disse que executivos americanos reportaram as maiores interrupções no fornecimento desde que iniciou essa pesquisa nacional em 2007. A Markit também disse que as empresas “no geral reportaram menor crescimento da produção por falta de matérias-primas para atender os novos pedidos”.

Há alguns sinais de que esse déficit está afetando modestamente o crescimento, especialmente nos EUA. Portos congestionados e a nevasca que atingiu o Texas no mês passado agravaram o que já era um problema global antes mesmo de o pacote de alívio de US\$ 1,9 trilhão do governo Joe Biden ter estimulado ainda mais a demanda.

Economistas e banqueiros centrais afirmam que a escassez deverá ter vida curta, com os fabricantes de semicondutores e outras peças que ficaram relativamente escassas aumentando suas capacidades de produção. A reabertura do setor de hospitalidade e outros serviços, na medida em que a vacinação avança, deverá mudar o foco do consumo dos investidores para além dos produtos

que apresentam alta demanda no momento, como laptops e outros dispositivos eletrônicos domésticos.

“Haverá um crescimento um pouco mais lento e uma modesta pressão de alta sobre os preços”, disse o presidente do Fed, Jerome Powell, em depoimento ao Congresso americano ontem. “Mas isso deverá ser temporário. Vocês sabem, por definição um gargalo é uma coisa temporária, assim como os ajustes no lado da oferta.”

A recuperação da indústria global do colapso motivado pela pandemia começou em maio, e a produção retornou aos níveis pré-lockdown em dezembro. Essa recuperação foi muito mais rápida que a verificada depois da crise financeira global (2008-09), e a velocidade da recuperação parece ter pego muitos fabricantes e seus fornecedores desprevenidos.

A falta de matérias-primas tem sido mais grave no setor automobilístico, onde os fabricantes foram forçados a cortar a produção em resposta a uma falta de semicondutores. Mas as dificuldades para se conseguir matérias-primas e outros insumos foram recentemente agravadas por uma série de grandes contratemplos.

O mais recente deles foi a obstrução do Canal de Suez, na terça-feira, por um navio de carga que encalhou atravessado no canal. Isso aconteceu depois de um incêndio, na sexta-feira, em uma fábrica de um dos maiores fabricantes de chips do mundo em Hitachinaka, a nordeste de Tóquio.

A nevasca que atingiu o Texas em fevereiro provocou extensos blecautes, que fecharam fábricas que fazem parte do maior complexo petroquímico do mundo, muitas das quais ainda inoperantes.

Os revendedores de automóveis nos EUA já estão ficando sem caminhões e carros, com a escassez de peças afetando a produção. Resultado, os compradores estão pagando mais, esperando mais e tendo menos modelos para escolher. Enquanto isso, os gastos do consumidor americano com bens cresceram quase 10% em janeiro, em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo o Departamento do Comércio. O aumento da demanda está provocando atrasos nos portos americanos, de navios com dezenas de milhares de contêineres e longos atrasos no descarregamento de mercadorias.

“Os fabricantes estão tendo mais dificuldades para acompanhar a demanda, graças principalmente aos problemas e atrasos na cadeia de fornecimento”, disse Chris Williamson, economista-chefe da IHS Markit. “Os preços subiram, com a alta dos preços dos insumos e a inflação ao consumidor bem acima do que qualquer coisa já vista na história da pesquisa.”

Na Alemanha, uma das potências industriais do planeta, a pesquisa dos gerentes de compras registrou o maior aumento da produção desde o início da série em 1996. Isso é uma boa notícia para a economia europeia, que continua paralisada pelo aumento do número de casos de covid-19 e uma lenta campanha de vacinação.

Nos últimos seis meses a economia da Europa moveu-se em duas velocidades. Enquanto o setor industrial cresceu num ritmo acelerado, a atividade do de serviços, que é maior, declinou. No geral, nos cinco meses anteriores o resultado foi uma contração da produção que provavelmente lançou a zona do euro numa recessão nos últimos três meses do ano passado e nos três primeiros deste ano.

Mas para surpresa da maioria dos economistas, isso mudou em março, com o setor industrial mostrando-se forte a ponto de compensar o declínio do setor de serviços, preparando o caminho para um crescimento geral.

Esse retorno do crescimento poderá não ser sustentado, uma vez que França e Alemanha impuseram novas restrições aos consumidores e empresas nas últimas semanas, e há poucos sinais de uma aceleração iminente da vacinação.

Para a maior parte do resto da economia mundial, a recuperação está menos desequilibrada. Mas na maioria dos países, o setor industrial vem se recuperando com mais força do que o setor de serviços, refletindo o fato de que a maior parte dos produtos podem ser consumidos com riscos relativamente baixos de contágio, enquanto uma série de serviços liderados pelos setores de hospitalidade e entretenimento continuam sendo vistas como atividades de alto risco.

Na Austrália, fabricantes informaram o maior alta nos preços de importados da história da pesquisa, atribuída a gargalos nas cadeias de fornecimento.

Na zona do euro, os gerentes de fábricas informaram o maior aumento nos preços dos insumos em uma década, além dos maiores períodos de espera por insumos nos 23 anos de história da pesquisa. Em especial, companhias industriais da Alemanha destacaram o aumento do tempo de espera por insumos vindos da Ásia.

Nos EUA e Europa, os fabricantes vêm respondendo ao aumento da demanda recrutando mais trabalhadores, o que deverá ajudar na recuperação do setor de serviços quando essas empresas puderem reabrir totalmente. Mas a alta dos custos das matérias-primas aponta para preços maiores para o consumidor nos próximos meses, um problema que os banqueiros centrais veem como de vida curta, pelo menos por enquanto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 25/03/2021

BASE ALIADA MAIS QUE TRIPLICA ORÇAMENTO DE MINISTÉRIO DE ROGÉRIO MARINHO

Ao aprovar remanejamento de R\$ 26,5 bilhões de recursos do Orçamento da União, Comissão Mista prevê R\$ 21 bilhões para Ministério do Desenvolvimento Regional

Por Raphael Di Cunto e Vandson Lima, Valor — Brasília

Diante do impasse político para aprovação da Lei Orçamentária de 2021, a base do governo elevou as verbas para obras do Ministério do Desenvolvimento Regional em R\$ 10,2 bilhões hoje ao cortar recursos do abono salarial, benefícios previdenciários e seguro-desemprego. Com isso, deputados e senadores mais do que triplicaram os recursos que serão geridos pelo ministro Rogério Marinho, de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 21 bilhões.

Os dados são de levantamentos das assessorias do PT e do Psol. O senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento de 2021, apresentou uma complementação de voto nesta quinta-feira em que cortou R\$ 26,5 bilhões de recursos do seguro-desemprego, abono salarial, subvenções ao agronegócio, benefícios previdenciários e destinou para obras e gastos dos ministérios. Até então, havia impasses entre os partidos da base para votar o texto.

Os cortes geraram polêmicas por se tratarem de gastos obrigatórios. Relatório do Ministério da Economia de segunda-feira diz que as receitas da Previdência Social já estão subestimadas, na proposta enviada no ano passado, em R\$ 8 bilhões. O relator disse que o combate a fraudes, a reforma da Previdência e uma medida provisória (MP) que mudará as regras do auxílio-doença reduzirão os gastos e cortou mais R\$ 13 bilhões.

Segundo levantamento do PT, o Desenvolvimento Regional é o ministério mais beneficiado por esses cortes. O dinheiro foi direcionado pelos parlamentares para obras em suas bases eleitorais. A proposta original do governo era que a Pasta tivesse Orçamento de R\$ 6,4 bilhões este ano. Bittar tinha elevado o valor para R\$ 10,6 bilhões num parecer divulgado no domingo e, agora, com o novo repasse, aumentou o Orçamento de Marinho para R\$ 20, 8 bilhões.

Ainda de acordo com esse levantamento, a complementação de voto destinou R\$ 8,5 bilhões para o Ministério da Saúde (grande parte deles, também em obras indicadas pelos parlamentares) e em R\$ 2,3 bilhões para o Ministério da Agricultura (a própria ministra Tereza Cristina tinha pedido, contudo, que R\$ 2,5 bilhões em subvenções fossem remanejadas).

Outros ministérios que receberam aporte adicional de verbas hoje foram o da Cidadania (R\$ 1,3 bilhão), Infraestrutura (R\$ 1,1 bilhão), Educação (R\$ 1 bilhão), Defesa (R\$ 515 milhões), Justiça e Segurança Pública (R\$ 355 milhões), Economia (R\$ 352 milhões), Turismo (R\$ 272 milhões), Ciência (R\$ 205 milhões) e Comunicações (R\$ 39 milhões).

O emedebista disse que o Orçamento enviado pelo governo federal obrigaria que os ministros do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, teriam que escolher quais obras continuar e quais parar e que o Ministério da Economia ficou de enviar uma solução ao Congresso, mas não o fez. “E nós ficamos com a missão de decidir de onde tirar o recurso e obras tão importantes para o Brasil não sejam paralisadas”, disse.

Para a deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP), a mudança é “escandalosa”. “Bolsonaro falou que não tiraria dinheiro do abono, dos pobres, para os paupérrimos. Agora está tirando do abono, dos pobres, para dar aos militares e para emendas parlamentares”, afirmou.

“No pior orçamento da União, em décadas, que não tem dinheiro para educação, saúde, assistência, meio ambiente, o governo garantiu recursos para ‘operar’ a sustentação política do governo no Congresso”, disse o deputado Afonso Florence (PT-BA).

O governo aprovou uma mudança no pagamento do abono salarial para que os pagamentos que ocorreriam no segundo semestre fiquem para 2022, o que liberou R\$ 7,2 bilhões em gastos. Inicialmente, a ideia de parte da equipe econômica do Executivo era que esse dinheiro custeasse o programa de preservação dos empregos, mas os parlamentares usaram para obras.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 25/03/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

PRESIDENTE DO CONGRESSO PEDE MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu mudanças na condução das relações diplomáticas. Para ele, houve “muitos erros” no enfrentamento da pandemia de covid-19.

“Considero que tivemos muitos erros no enfrentamento dessa pandemia. Um deles foi o não estabelecimento de uma relação diplomática de produtividade com diversos países que poderiam ser colaboradores desse momento agudo de crise no Brasil”, disse o presidente do Senado.

Ele evitou se posicionar sobre uma troca no Ministério das Relações Exteriores, atualmente sob o comando de Ernesto Araújo. “Muito além da personificação ou o trabalho de um chanceler, o que tem que se mudar é a política externa do Brasil. Evidentemente que ela precisa ser aprimorada, melhorada, as relações internacionais precisam ser mais presentes, um ambiente de maior diplomacia”.

Na visão de Pacheco, é evidente para o Congresso Nacional e para a sociedade brasileira a “necessidade de o Brasil ter uma representatividade externa melhor do que tem hoje”.

Araújo esteve ontem no Senado, participando de uma sessão de debates para explicar a política externa adotada pelo Brasil no enfrentamento à pandemia. Durante a sessão, o ministro foi alvo de críticas de parlamentares e senadores sugeriram que ele pedisse demissão do cargo. Na sessão, Araújo defendeu seu trabalho à frente do Itamaraty.

“É claro que nós não somos perfeitos, mas eu tenho certeza de que estamos fazendo tudo pelos interesses do Brasil, tudo de maneira constitucional. Estamos reformando a nossa política externa para que ela se torne muito mais dinâmica, para que ela traga investimentos, empregos”.

Comitê de combate à covid

Pacheco também mencionou o comitê de combate à covid-19, criado ontem após reunião de líderes dos Três Poderes. De acordo com o senador, a ideia do comitê surgiu de uma demanda por mais protagonismo do presidente da República, Jair Bolsonaro, no processo de reação do país frente a pandemia.

“A ação que identificamos envolvia diretamente o presidente da República. Foi a sugestão que tivemos, para que ele pudesse liderar o processo. E o instrumento capaz disso foi a instituição deste comitê, liderado pelo presidente da República, com a participação do ministro da saúde, que deverá ter o poder da coordenação técnica; e a participação do Congresso Nacional”.

Ainda de acordo com Pacheco, o comitê também ouvirá a sociedade civil e a comunidade médica.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 25/03/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

INTERRUPÇÃO MAIOR EM SUEZ AUMENTA RISCO DE CANCELAMENTO DE VIAGENS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 25 Março 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210325-interruptao-canal-suez.jpg>

Para consultar, sucesso da operação de desencalhe do 'Ever Given' em menos de uma semana é fundamental para minimizar impactos em rotas e nos fretes. Navio, com 20.000 TEUs de capacidade, encalhou no canal na última terça-feira (23).

Os reflexos do encalhe do porta-contêineres Ever Given no Canal de Suez ainda vão gerar grandes transtornos ao transporte marítimo mundial. Caso as equipes levem mais de cinco dias para desobstruir o tráfego no canal, aumentam os riscos de blank sailings e de corte na capacidade global, além de catalisar todos os atuais problemas nos fluxos internacionais de carga. O navio operado pela Evergreen, com 400 metros de comprimento e 20.000 TEUs de capacidade, encalhou na última terça-feira (23) e ficou atravessado, impedindo a passagem nos dois sentidos de uma das principais vias marítimas do mundo. O canal é uma artéria importante para a passagem de navios-tanque e de diferentes tipos de mercadorias.

O sócio-consultor da Solve Shipping, Leandro Carelli Barreto, observa que o momento é de grande apreensão para transportadores de diferentes tipos de mercadorias que esperam que o canal seja liberado o quanto antes. Ele avalia que, se o navio for retirado com menos de cinco dias, haverá alguns atrasos e congestionamentos nos portos da Europa e da Ásia, mas com chances de os serviços serem restabelecidos mais rapidamente. “Se o desencalhe caminhar por uma semana ou mais, o problema fica mais sério porque começa a haver cancelamento de viagens”, analisou Barreto.

Os transportadores de carga já avaliam se os atrasos compensarão enviar seus navios ou se será melhor segurá-los por um ciclo até que eles possam voltar para a posição deles no trade. Além do

corde de capacidade e da piora do fluxo de mercadorias, agravaria também o reposicionamento de vazios, que hoje também é um problema no mundo.

Outra preocupação é que a interrupção do tráfego ocorreu num momento em que o frete da rota Ásia-Europa, que estava na faixa de 1.500 dólares neste mesmo período em 2020, estava em 8.500 dólares nas últimas semanas. Após o ano novo chinês, os fretes desse trade haviam cedido para um pouco mais de 7.000 dólares. Com a trava no trânsito em Suez, é difícil prever em que patamar esses preços ficarão. “Com esse problema, o que vai acontecer com os fretes nessa rota fica imprevisível”, avalia Barreto.

O consultor explicou que o problema nesta rota pode impactar o comércio exterior brasileiro de três maneiras: piora nos fluxos de reposicionamentos globais de contêiner, piora na questão dos vazios e agravamento da falta de equipamentos reefer, que já é um problema sério enfrentado na costa brasileira. Barreto acrescentou que, provavelmente, essa questão deve afetar o preço do petróleo e, com isso, o bunker do importador e do exportador deve aumentar porque é um canal muito importante para a passagem de navios-tanques. Ele observa que mais tangível ainda pode ser a falta de mercadorias e commodities para alguns importadores brasileiros, na medida em que atualmente existe muita carga proveniente da China vindo para o Brasil fazendo o transbordo no Mediterrâneo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/03/2021

LEVANTE, PESAGEM E ARMAZENAGEM: A CONSOLIDAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO CADE SOBRE COBRANÇAS ABUSIVAS NO SETOR PORTUÁRIO

Por Polyanna Vilanova e Victor Tafaro OPINIÃO 25 Março 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161004-exportacao-containeir.jpg>

O início de 2021 foi paradigmático à jurisprudência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) quanto à cobrança de taxas (abusivas) por operadores portuários do País. No início de fevereiro, a autoridade da concorrência julgou seu primeiro processo administrativo³ sobre a cobrança de THC2 após a entrada em vigor da Resolução Antaq nº 34/2019. O Tribunal do Conselho, alinhado com a sua já consolidada jurisprudência sobre o assunto, entendeu que a cobrança de THC2 aos terminais retroalfandegados (TRAs) da área de influência do Porto de Suape (PE) configuraria infração à ordem econômica, visto se tratar de cobranças abusivas pelo operador com o fito de aumentar os custos e dificultar o funcionamento de seus concorrentes no mercado de armazenagem de carga.

A decisão se fundamentou em elementos sedimentados por seus antigos precedentes, como o poder de mercado do operador portuário em face dos TRAs em razão da própria dinâmica do setor e a duplicidade na cobrança de alguns serviços já remunerados mediante o pagamento da tarifa básica pelo armador ao operador portuário.

Para além dessas questões, há dois pontos que merecem atenção especial. O primeiro diz respeito às manifestações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no processo. Para a agência, ainda que a cobrança por si só seja lícita, nada a impede de ser realizada de maneira anticompetitiva, sendo necessário ao operador portuário demonstrar que a cobrança decorreu de custos adicionais e dissociados dos serviços abrangidos pela box rate e remunerados pelo THC. Dessa forma, em linha com a atual Resolução, a Antaq não apenas reconheceu a possibilidade de ilicitude anticompetitiva da cobrança de THC2, como também a competência do Cade para se debruçar na matéria.

O segundo item, por sua vez, diz respeito à discriminação entre as cobranças realizadas por operadores portuários aos agentes que escolhem armazenar sua carga no pátio e aos que escolhem TRAs. A partir deste novo elemento (ainda pouco explorado se tratando de cobrança de THC2) o Cade entendeu que o operador portuário investigado não logrou demonstrar que seus custos, fossem na hipótese de armazenar a mercadoria em suas próprias instalações, fossem no cenário de entrega da carga para armazenagem por parte do recinto alfandegado independente contratado pelo importador, seriam equivalentes, de modo que a cobrança de THC2 exclusivamente na segunda hipótese implicaria vantagem competitiva ao operador em detrimento de seus rivais no mercado de armazenagem. Portanto, além da necessidade de demonstrar não ter havido duplicidade na cobrança de taxas já remuneradas outrora, o operador investigado também deverá demonstrar ter tratado com isonomia aqueles que optaram por armazenar carga, seja em seu pátio, seja em recinto alfandegado independente.

Quanto às tão esperadas mudanças trazidas pela Resolução Antaq nº 34/2019 sob o prisma concorrencial ao Tribunal, a Resolução não trouxe nenhuma inovação relevante, mas apenas reforçou a legitimidade do Cade para analisar possíveis abusos à concorrência a partir da cobrança de THC2.

A despeito de o julgamento desse caso ter sido paradigmático às futuras investigações de cobrança abusiva de THC2 pós-Resolução Antaq nº 34/2019 ao estabelecer novas diretrizes a serem observadas pelo Cade, o precedente que mais tomou os holofotes do setor curiosamente diz respeito a outras (e novas) taxas jamais discutidas anteriormente pela autoridade da concorrência. No início de março, em sede recursal, o Tribunal decidiu por unanimidade pela suspensão liminar da cobrança das taxas de levante, pesagem e armazenagem na área de influência do Porto de Itajaí (SC).

Para o Cade, apesar de disporem de nomenclatura diversa, tais taxas teriam o mesmo fundamento do serviço de segregação. Em outras palavras, a cobrança de levante, pesagem e armazenagem seria a cobrança de THC2 de forma fracionada. De acordo com as investigações conduzidas pela autoridade, quando os operadores portuários do Porto de Itajaí passaram a cobrar os recintos alfandegados dessa forma desagregada, houve um aumento imediato de 125% no valor total desses serviços. A partir desses elementos, em conjunto com o poder de mercado dos operadores portuários (já tratados acima), não restaram dúvidas quanto ao potencial lesivo à concorrência a partir da cobrança dessas três taxas.

Se em 2021 o setor portuário já movimentou os corredores do autarquia dessa forma, para o futuro, ainda há muito por vir. Atualmente, há em curso na autarquia pelo menos outras cinco investigações referentes a cobranças abusivas por operadores portuários. E a jurisprudência do Cade? Vai muito bem, obrigado.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210325-polyanna-vilanova-e-victor-tafaro.jpg>
Autores Polyanna Vilanova é doutoranda em Ciência Política na Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Constitucional do IDP. Ex-Conselheira do Cade. Sócia no Vilanova Advocacia. Victor Tafaro é

advogado no Vilanova Advocacia

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/03/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006